

	1
Livro	Folhas

MS
D.
Aci

1 REPUBLICAÇÃO INTEGRAL DO CONTRATO DE "CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO
2 SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DO
3 SISTEMA DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES DO
4 CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ", NOS TERMOS DO PARÁGRAFO 1º, LINHA
5 7, DA 2ª.ALTERAÇÃO AO MESMO, OUTORGADO EM SETE DE DEZEMBRO DE
6 DOIS MIL E QUATRO."

7 **PARÁGRAFO ÚNICO**

8 O presente texto diz respeito ao CONTRATO DE "CONCESSÃO DA
9 EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE
10 ÁGUA E DO SISTEMA DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES
11 DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ", já com as devidas alterações,
12 introduzidas pelas escrituras celebradas em quatro de Dezembro de
13 dois mil e um e sete de Dezembro de dois mil e quatro.

14 **CAPÍTULO I**

15 **PRINCÍPIOS GERAIS**

16 **SECÇÃO 1**

17 **DEFINIÇÕES**

18 **Artigo 1º**

19 **(Definições)**

20 Para efeitos do presente CONTRATO, considera-se:

21 a) CONCESSIONÁRIA - a sociedade "ÁGUAS DA FIGUEIRA, S.A.",
22 entidade a quem é atribuída, nos termos do presente contrato, a
23 exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de
24 água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes
25 do Concelho da Figueira da Foz;

- 1 b) CONTRATO - o presente documento, assinado entre a CÂMARA
2 MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ e a sociedade "ÁGUAS DA FIGUEIRA,
3 S.A.", através do qual ambas as outorgantes assumem o compromisso
4 de estabelecer os SERVIÇOS nos termos e condições estipulados;
- 5 c) CONTROLO DO SERVIÇO - o conjunto de poderes que a ENTIDADE
6 CONCEDENTE deterá, de forma a poder, por sua iniciativa, exigir
7 da CONCESSIONÁRIA todas as informações que entenda necessárias ao
8 acompanhamento e boa execução do presente CONTRATO.
- 9 d) ENTIDADE CONCEDENTE - a CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA
10 FOZ;
- 11 e) EQUIPAMENTOS - o conjunto de bens móveis directamente
12 afectos à Exploração;
- 13 f) EXPLORAÇÃO - a actividade a que a CONCESSIONÁRIA se obriga,
14 nos termos do presente CONTRATO, de forma a assegurar a operação
15 e manutenção do sistema de captação, tratamento e distribuição de
16 água e do sistema de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes
17 do Concelho da Figueira da Foz;
- 18 g) INFRAESTRUTURAS - o conjunto de bens imóveis que integram o
19 sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do
20 sistema de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes do
21 Concelho da Figueira da Foz ou que resultem de ampliações dos
22 mesmos;
- 23 h) PARTES - a ENTIDADE CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, no
24 exercício dos direitos e no cumprimento das obrigações emergentes
25 do presente CONTRATO;

	2
Livro	Folhas

ms
Q.
mg

- 1 i) PERÍMETRO TERRITORIAL DA CONCESSÃO - espaço geográfico onde
- 2 será desenvolvido o serviço concessionado, correspondendo aos
- 3 limites geográficos do Concelho da Figueira da Foz;
- 4 j) PERÍODO DE FUNCIONAMENTO NORMAL - período de tempo em que
- 5 vigorará o presente CONTRATO e que, sem prejuízo dos regimes de
- 6 excepção legal ou contratualmente previstos, se iniciará
- 7 imediatamente após o decurso do PERÍODO DE TRANSIÇÃO;
- 8 k) PERÍODO DE TRANSIÇÃO - período de 90 dias, contados da data
- 9 do Auto de Consignação, que tem por objectivo permitir à
- 10 CONCESSIONÁRIA o desenvolvimento de todas as acções de preparação
- 11 da estrutura de pessoal e dos meios técnicos que lhe garantam
- 12 enquadrar-se no funcionamento dos sistemas operativos existentes;
- 13 l) NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS - O Anexo I-B, no qual
- 14 se discrimina o montante dos investimentos a realizar pela
- 15 CONCESSIONÁRIA e o respectivo calendário.
- 16 m) [não utilizada]
- 17 n) PROGRAMA ANUAL - Conjunto de OBRAS a realizar em cada ano,
- 18 no âmbito do NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS, incluindo os
- 19 TRABALHOS DE RENOVAÇÃO;
- 20 o) RAMAIS DE LIGAÇÃO DOMICILIÁRIA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA -
- 21 os troços de canalização e acessórios que fazem a ligação entre a
- 22 conduta pública e a torneira de segurança antes do contador;
- 23 p) RAMAIS DE LIGAÇÃO DOMICILIÁRIA DE RECOLHA DE EFLUENTES - os
- 24 troços de colectores que fazem a ligação entre o colector público
- 25 e a caixa domiciliária;

- 1 q) REGULAMENTO DO SERVIÇO - documento que define as relações
2 contratuais entre a CONCESSIONÁRIA e os consumidores;
- 3 r) SERVIÇOS - o conjunto de actividades que a CONCESSIONÁRIA
4 se obriga a prestar aos consumidores, nos termos do presente
5 CONTRATO;
- 6 s) SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - conjunto de
7 INFRAESTRUTURAS que visam a captação, o tratamento, a adução, o
8 armazenamento e a distribuição de água para consumo no Concelho
9 da Figueira da Foz;
- 10 t) SISTEMA DE SANEAMENTO - conjunto de INFRAESTRUTURAS que
11 visam a recolha, o tratamento e a rejeição de EFLUENTES no
12 concelho da Figueira da Foz;
- 13 u) TRABALHOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO - o conjunto de
14 intervenções que se destinem a manter em bom estado de
15 funcionamento as INFRAESTRUTURAS e EQUIPAMENTOS existentes;
- 16 v) CASO BASE - O conjunto de pressupostos e projecções
17 económico-financeiras, constantes do Anexo I-E, com as alterações
18 que lhe forem introduzidas, nos termos permitidos no CONTRATO;
- 19 w) CONCESSÃO - A EXPLORAÇÃO, pela CONCESSIONÁRIA, do sistema
20 de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de
21 recolha, tratamento e rejeição de EFLUENTES do concelho da
22 Figueira da Foz, bem como a realização do NOVO PLANO GLOBAL DE
23 INVESTIMENTOS;
- 24 x) CONSUMIDOR - Qualquer pessoa, singular ou colectiva,
25 pública ou privada, que seja parte num CONTRATO DE FORNECIMENTO;

	3
Livro	Folhas

113
 12
 13

- 1 y) CONTRATOS DE FINANCIAMENTO - Os contratos celebrados entre
- 2 a CONCESSIONÁRIA e as ENTIDADES FINANCIADORAS, constantes do
- 3 Anexo I-F;
- 4 z) CONTRATO DE FORNECIMENTO - O contrato vigente, no âmbito da
- 5 CONCESSÃO, entre a CONCESSIONÁRIA e qualquer pessoa, singular ou
- 6 colectiva, pública ou privada, pelo qual é estabelecida entre as
- 7 partes uma relação de prestação e utilização, permanente ou
- 8 eventual, dos SERVIÇOS;
- 9 aa) EFLUENTES - As águas residuais domésticas e as águas
- 10 residuais industriais que tenham características compatíveis com
- 11 as domésticas, nos termos da legislação aplicável, com expressa
- 12 exclusão das águas pluviais;
- 13 bb) ENTIDADES FINANCIADORAS - As instituições de crédito que
- 14 financiam as actividades integradas na CONCESSÃO, nos termos dos
- 15 CONTRATOS DE FINANCIAMENTO;
- 16 cc) OBRAS - As obras a realizar no âmbito do NOVO PLANO GLOBAL
- 17 DE INVESTIMENTOS, incluindo as relativas aos TRABALHOS DE
- 18 RENOVAÇÃO;
- 19 dd) SISTEMAS - O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA e o SISTEMA
- 20 DE SANEAMENTO;
- 21 ee) TARIFÁRIO - O conjunto de preços que a CONCESSIONÁRIA pode
- 22 liquidar e cobrar no âmbito da CONCESSÃO, de acordo com o
- 23 CONTRATO, e que, líquido de IVA e a preços de 2004, consta do
- 24 Anexo I-G;
- 25 ff) TIR DE PROJECTO - A taxa interna de rentabilidade do

1 projecto, em termos anuais nominais, para todo o prazo da
2 CONCESSÃO, definida como a TIR nominal do *cash-flow* do projecto
3 depois de função fiscal e antes de função financeira a preços
4 correntes, calculada para todo o período da CONCESSÃO, nos termos
5 constantes do CASO BASE;

6 gg) TRABALHOS DE RENOVAÇÃO - O conjunto de intervenções
7 previstas no NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS, relativas à
8 renovação e substituição de EQUIPAMENTOS e/ou de INFRAESTRUTURAS,
9 a realizar nos termos do NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS;

10 hh) Tribunal Arbitral - O tribunal constituído nos termos do
11 Artigo 48°.

12 SECÇÃO II

13 OBJECTO, ÂMBITO E DURAÇÃO DO CONTRATO

14 Artigo 2°

15 (Objecto do Contrato)

16 1. O presente CONTRATO tem por objecto a concessão do serviço
17 público de EXPLORAÇÃO dos SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
18 (captação, tratamento e distribuição) e DE SANEAMENTO (recolha,
19 tratamento e rejeição dos EFLUENTES) do Concelho da Figueira da
20 Foz, constituídos pelas INFRAESTRUTURAS públicas existentes, em
21 construção ou a construir nos termos do NOVO PLANO GLOBAL DE
22 INVESTIMENTOS, constante do Anexo I-B.

23 2. A CONCESSÃO objecto do presente CONTRATO abrange, ainda, os
24 EQUIPAMENTOS existentes, em instalação ou a instalar que se
25 encontrem afectos à EXPLORAÇÃO.

	4
Livro	Folhas

AG
2.
AG

- 1 3. A CONCESSIONÁRIA obriga-se, no âmbito da CONCESSÃO, a:
- 2 a) Fazer operar os SISTEMAS referidos no número um do presente
- 3 artigo, de forma permanente e em boas condições;
- 4 b) Efectuar o controlo do funcionamento dos SISTEMAS referidos
- 5 no número um do presente artigo;
- 6 c) Efectuar todos os TRABALHOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO;
- 7 d) Manter em bom estado de funcionamento e utilização todos os
- 8 bens móveis afectos à CONCESSÃO, os quais deverão ser
- 9 substituídos por outros de qualidade não inferior, quando se
- 10 deteriorarem;
- 11 e) Adquirir todos os materiais, serviços e instrumentos que se
- 12 mostrem necessários para a prossecução do estatuído nas alíneas
- 13 c) e d);
- 14 f) Efectuar o controlo da qualidade de água de acordo com o
- 15 estabelecido no presente CONTRATO e com a legislação em vigor;
- 16 g) Manter dentro dos parâmetros legais os efluentes tratados,
- 17 de acordo com o estabelecido no presente CONTRATO e com a
- 18 legislação em vigor;
- 19 h) Proceder à produção e à venda de água, à recolha e
- 20 tratamento de efluentes e outros serviços estabelecidos no
- 21 presente CONTRATO;
- 22 i) Adquirir, manter e renovar todos os meios necessários à
- 23 prestação dos SERVIÇOS;
- 24 j) Apresentar à ENTIDADE CONCEDENTE o PLANO DE OBRAS ANUAL do
- 25 SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA e do SISTEMA DE SANEAMENTO, até

1 30 de Setembro de cada ano, o qual deverá ser aprovado, pela
2 ENTIDADE CONCEDENTE, até 31 de Dezembro de cada ano;

3 k) Proceder à execução do PROGRAMA ANUAL aprovado pela
4 ENTIDADE CONCEDENTE, nos termos do Artigo 36º;

5 l) [não utilizada]

6 m) Fornecer à ENTIDADE CONCEDENTE, ou a quem esta indicar, as
7 informações, dados e estatísticas referentes ao funcionamento das
8 instalações;

9 n) Garantir uma prestação de serviço eficiente e eficaz, bem
10 como estabelecer uma relação personalizada com o consumidor e
11 demais utentes dos SERVIÇOS.

12 4. A CONCESSIONÁRIA obriga-se, ainda, a manter serviços
13 administrativos e de atendimento os quais deverão estar abertos
14 ao público, no mínimo, durante o horário normal do funcionamento
15 das repartições públicas.

16 5. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter uma brigada de pessoal
17 pronta a intervir de imediato, para reparar pequenas avarias e
18 rupturas nas canalizações e colectores e efectuar cortes de água
19 24 horas por dia.

20 6. A ENTIDADE CONCEDENTE colocará à disposição da
21 CONCESSIONÁRIA, nos termos do artigo 7º do D.L. 379/93, de 5 de
22 Novembro, os bens que integram a CONCESSÃO, conforme referido no
23 artigo 5º do presente CONTRATO.

24 7. Excluem-se, expressamente, do objecto da CONCESSÃO os
25 serviços relativos à drenagem de águas pluviais, com excepção da

	5
Livro	Folhas

ms
2
MS

1 manutenção dos colectores unitários nas Freguesias de Buarcos, S.
2 Julião e Tavarede.

3 **Artigo 3º**

4 **(Valor da Concessão)**

5 As PARTES atribuem ao presente CONTRATO DE CONCESSÃO o valor
6 global de € 18.020.406,31 (dezoito milhões, vinte mil,
7 quatrocentos e seis euros e trinta e um cêntimos).

8 **Artigo 4º**

9 **(Duração do Contrato)**

10 O presente CONTRATO vigorará por um período de 30 (trinta) anos,
11 a contar do início do PERÍODO DE FUNCIONAMENTO NORMAL.

12 **Artigo 5º**

13 **(Bens que Integram a CONCESSÃO)**

14 1. Integram a CONCESSÃO:

15 a) as INFRAESTRUTURAS constantes do Anexo III, bem como
16 quaisquer outras que, tendo sido instalados ou adquiridos, se
17 demonstrem necessários ao funcionamento dos SISTEMAS;

18 b) os EQUIPAMENTOS constantes do Anexo IV, bem como quaisquer
19 outros que, tendo sido instalados ou adquiridos, se demonstrem
20 necessários ao funcionamento dos SISTEMAS;

21 c) todos os direitos de propriedade intelectual e industrial
22 de que a CONCESSIONÁRIA seja ou venha a ser titular e que estejam
23 afectos à CONCESSÃO;

24 d) os terrenos adquiridos pela ENTIDADE CONCEDENTE para
25 implantação das INFRAESTRUTURAS.

1 2 Não integram a CONCESSÃO:

2 a) O Edifício Sede dos Serviços Municipalizados de Águas da
3 Figueira da Foz, sito no Pinhal das Águas, que será arrendado à
4 CONCESSIONÁRIA mediante o pagamento, por esta, de uma renda
5 mensal de PTE. 500.000\$00 (quinhentos mil escudos) a actualizar
6 de acordo com a legislação aplicável;

7 b) O Edifício localizado no Pinhal das Águas que se encontra
8 cedido à MODERP - Associação Nacional de Aposentados,
9 Pensionistas e Reformados.

10 3. Para efeitos dos números anteriores, as PARTES esclarecem
11 que todas e quaisquer despesas incorridas ou a incorrer no
12 contexto de processos de expropriação, serão da total
13 responsabilidade da ENTIDADE CONCEDENTE.

14

15 [NOTA: A Cláusula 62ª da Alteração ao Contrato de Concessão
16 assinada em 7 de Dezembro de 2004 dispõe o seguinte:

17 «Cláusula 62ª

18 (Bens que Integram a Concessão)

19 1. À presente data integram a CONCESSÃO:

20 a) as INFRAESTRUTURAS constantes do Anexo I-I, bem como
21 quaisquer outras que, tendo sido instaladas, construídas ou
22 adquiridas, se demonstrem necessárias ao funcionamento dos
23 SISTEMAS;

24 b) os EQUIPAMENTOS constantes do Anexo I-I, bem como quaisquer
25 outros que, tendo sido instalados ou adquiridos, se demonstrem

	6
Livro	Folhas

my

5
Msi

1 necessários ao funcionamento dos SISTEMAS.

2 c) todos os direitos de propriedade intelectual e industrial
3 de que a CONCESSIONÁRIA seja ou venha a ser titular e que estejam
4 afectos à CONCESSÃO;

5 d) os terrenos adquiridos pela ENTIDADE CONCEDENTE para
6 implantação das INFRAESTRUTURAS.»

7 **Artigo 6º**

8 **(Transferência da Posse dos Equipamentos e Infraestruturas)**

9 1. A posse das INFRAESTRUTURAS referidas no Anexo III, com a
10 excepção referida no número dois do artigo 5º, será transferida
11 por meio de Auto de Consignação, assinado pelas PARTES, no prazo
12 de quinze dias após a celebração do presente CONTRATO.

13 2. A posse dos EQUIPAMENTOS referidos no Anexo IV será também
14 transferida por meio do Auto referido no número anterior.

15 3. As PARTES obrigam-se a efectuar uma vistoria completa às
16 INFRAESTRUTURAS e EQUIPAMENTOS, em momento anterior ao Auto de
17 Consignação referido no número um e dois do presente artigo, da
18 qual se lavrará o respectivo auto de vistoria que deverá incluir
19 o inventário de EQUIPAMENTOS existentes, as obras em curso, bem
20 como quaisquer comentários que as partes considerem relevantes
21 para a boa execução do presente CONTRATO.

22 4. A CONCESSIONÁRIA recebe os referidos EQUIPAMENTOS e
23 INFRAESTRUTURAS no estado em que se encontram, não podendo
24 invocar, em qualquer altura, desconhecimento desse mesmo estado,
25 com o objectivo de se subtrair às obrigações decorrentes do

1 presente CONTRATO.

2 5. As garantias em vigor que tenham sido prestadas a favor da
3 ENTIDADE CONCEDENTE respeitantes às INFRAESTRUTURAS e aos
4 EQUIPAMENTOS que integram a CONCESSÃO, bem como as relativas às
5 obras em curso, quando concluídas, transitarão para a
6 titularidade da CONCESSIONÁRIA.

7 6. A ENTIDADE CONCEDENTE obriga-se a accionar imediatamente as
8 garantias referidas no número anterior sempre que tal lhe seja
9 solicitado pela CONCESSIONÁRIA.

10 7. A posse de novas INFRAESTRUTURAS e EQUIPAMENTOS da
11 responsabilidade da ENTIDADE CONCEDENTE será transferida através
12 de autos de consignação, que terão lugar no prazo de 5 (cinco)
13 dias úteis após a conclusão da vistoria realizada às mesmas.

14 8. Caso, no processo de vistoria referido no número anterior,
15 se venha a constatar a existência de bens que apresentem vícios
16 ou defeitos, desconhecidos da CONCESSIONÁRIA, que possam pôr em
17 causa o bom funcionamento dos SISTEMAS, deverão tais bens ser
18 reparados pela ENTIDADE CONCEDENTE, prorrogando-se a data da
19 consignação, no que respeita a esses bens, até ao momento em que
20 esteja concluída a respectiva reparação.

21 9. A CONCESSIONÁRIA não será responsável por atrasos ou
22 deficiências na execução das OBRAS ou na prestação dos SERVIÇOS,
23 decorrentes de atrasos ou deficiências na consignação que sejam
24 imputáveis à ENTIDADE CONCEDENTE.

25 **Artigo 7º**

	7
Livro	Folhas

MS
MS

1 (Período de Transição)

2 1. O PERÍODO DE TRANSIÇÃO iniciar-se-á com a assinatura do
3 Auto de Consignação, referida no artigo anterior, e terá a
4 duração de 90 dias.

5 2. A CONCESSIONÁRIA não poderá invocar o facto de decorrer o
6 PERÍODO DE TRANSIÇÃO para justificar qualquer interrupção ou
7 quebra de continuidade do serviço.

8 3. Durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO, a aplicação de sanções pela
9 ENTIDADE CONCEDENTE só terá lugar quando se provar ter havido
10 dolo da CONCESSIONÁRIA na ocorrência do facto potencialmente
11 motivador de aplicação de tal sanção.

12 Artigo 8º

13 (Período de Funcionamento Normal)

14 Decorrido o PERÍODO DE TRANSIÇÃO, iniciar-se-á imediatamente o
15 PERÍODO DE FUNCIONAMENTO NORMAL.

16 Artigo 9º

17 (Responsabilidade da Concessionária)

18 1. Sem prejuízo das obrigações contratuais da ENTIDADE
19 CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA será a única responsável pelo bom
20 funcionamento dos SERVIÇOS, no quadro do estabelecido no presente
21 CONTRATO, a partir da data do Auto de Consignação referido no
22 artigo 6º.

23 2. Cessa a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por falta ou
24 deficiência na execução do presente CONTRATO, quando o
25 incumprimento resulte de caso de força maior devidamente

1 comprovado.

2 3. Para efeitos do presente CONTRATO, considera-se caso
3 fortuito ou de força maior qualquer ocorrência não imputável à
4 CONCESSIONÁRIA e, bem assim, qualquer outro facto natural, ou
5 situação imprevisível ou inevitável, cujos efeitos se produzam
6 independentemente da vontade ou circunstâncias pessoais da
7 CONCESSIONÁRIA, tais como actos de guerra ou subversão,
8 epidemias, ciclones, tremores de terra, fogo, raio, inundações,
9 greves gerais ou sectoriais e quaisquer outros eventos que
10 afectem os serviços a que a mesma está obrigada.

11 4. Para o desenvolvimento das actividades referidas no número
12 3 do Artigo 2º, a CONCESSIONÁRIA poderá subcontratar ou recorrer
13 a tarefeiros, sem que tal facto origine qualquer diminuição da
14 responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pelo cumprimento das suas
15 obrigações.

16 5. A assunção de todas as responsabilidades e obrigações pela
17 CONCESSIONÁRIA é feita no âmbito e nos estritos termos do
18 presente CONTRATO e seus Anexos e dá-se sempre sem prejuízo das
19 responsabilidades que, em cada caso, possam caber a outras
20 entidades, nomeadamente à ENTIDADE CONCEDENTE.

21 Artigo 10º

22 (Obrigação de Apresentação de Contratos de Seguro)

23 1. No momento da assinatura do presente CONTRATO, a
24 CONCESSIONÁRIA apresentará contrato de seguro das INFRA-
25 ESTRUTURAS e EQUIPAMENTOS que cubra a totalidade do valor das

	8
Livro	Folhas

ms
2.
Assel

1 mesmas postas à disposição da CONCESSIONÁRIA, o qual não deverá
2 ser inferior ao valor da CONCESSÃO, nos termos e para os efeitos
3 do n.º 3, do art.º 11º, do D. L. n.º 379/93, de 5 de Novembro.

4 2 A CONCESSIONÁRIA assumirá as apólices de seguro contratadas
5 pela ENTIDADE CONCEDENTE, relativas aos seguros de acidentes de
6 trabalho e doenças profissionais de todos os funcionários ao seu
7 serviço, bem como, aos seguros dos meios de transporte utilizados
8 pela CONCESSIONÁRIA e respectivas mercadorias, através de uma
9 carta de aceitação das referidas apólices e até que as substitua
10 por outras com cobertura dos mesmos riscos, nos termos da
11 legislação aplicável.

12 3. O seguro referido no número 1 deverá ser actualizado à
13 medida que forem passando para a esfera jurídica da
14 CONCESSIONÁRIA outras INFRAESTRUTURAS para além das existentes na
15 data da celebração do presente CONTRATO.

16 Artigo 11º

17 (Exclusividade)

18 1. O presente CONTRATO é celebrado com a CONCESSIONÁRIA em
19 regime de exclusividade, conferindo-se-lhe, assim, o direito de
20 assegurar, em exclusivo a EXPLORAÇÃO dos sistemas de captação,
21 tratamento e distribuição de água para abastecimento e do sistema
22 de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes, dentro do
23 PERÍMETRO TERRITORIAL DA CONCESSÃO.

24 2. Sem prejuízo do disposto nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e
25 no Anexo I-H, não é permitida à CONCESSIONÁRIA, por qualquer

1 forma, ceder, trespassar ou por qualquer outro modo transmitir ou
2 onerar, no todo ou em parte, a CONCESSÃO, sem prejuízo do recurso
3 à subcontratação de certas tarefas.

4 Artigo 12º

5 (Alteração do Âmbito ou Perímetro Territorial da Concessão)

6 1. A alteração do âmbito ou do PERÍMETRO TERRITORIAL DA
7 CONCESSÃO só poderá verificar-se com o consentimento expresso da
8 ENTIDADE CONCEDENTE, nos termos dos números seguintes.

9 2. A ENTIDADE CONCEDENTE poderá, sempre que razões de ordem
10 técnica ou económica o justifiquem, ampliar os serviços
11 concessionados no âmbito da captação, tratamento e da
12 distribuição da água e da recolha, tratamento e rejeição de
13 efluentes, em condições a acordar com a CONCESSIONÁRIA.

14 3. As alterações referidas no número anterior permitirão a
15 qualquer das partes recorrer ao processo de reposição do
16 equilíbrio económico-financeiro da CONCESSIONÁRIA, nos termos do
17 Artigo 47º.

18 Artigo 13º

19 (Utilização das Vias Públicas e Privadas)

20 1. No exercício das obrigações decorrentes do presente
21 CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá o direito de utilizar as vias
22 públicas sob domínio municipal, a título gratuito, bem como as
23 vias privadas, incluindo os respectivos subsolos, podendo, nos
24 termos da legislação aplicável, requerer expropriações por
25 utilidade pública, a constituição de servidões e de zonas de

	9
Livro	Folhas

mu
D.
Mig

- 1 protecção e o acesso a terrenos ou edifícios privados, incluindo
2 os respectivos subsolos.
- 3 2. O recurso ao regime legal das expropriações previsto no
4 número anterior, só poderá ser exercido caso se enquadre no
5 âmbito de um projecto aprovado pela ENTIDADE CONCEDENTE.
- 6 3. A CONCESSIONÁRIA poderá fazer uso do regime da posse
7 administrativa, nos termos do Código das Expropriações, sempre
8 que tal se demonstre necessário.
- 9 4. O exercício de direitos pela CONCESSIONÁRIA em vias
10 públicas sobre as quais a jurisdição não seja da ENTIDADE
11 CONCEDENTE fica condicionado às autorizações necessárias, por
12 cuja obtenção esta se responsabilizará.
- 13 5. A CONCESSIONÁRIA poderá auxiliar a ENTIDADE CONCEDENTE na
14 obtenção das referidas autorizações.
- 15 6. Os encargos dispendidos com a obtenção das autorizações
16 referidas no presente artigo serão suportados pela
17 CONCESSIONÁRIA.
- 18 7. Em caso de litígio com terceiros decorrente do exercício
19 dos direitos referidos no presente Artigo, a ENTIDADE CONCEDENTE
20 prestará, a requerimento da CONCESSIONÁRIA, todo o apoio
21 necessário a tal exercício.
- 22 8. A CONCESSIONÁRIA não será responsável por atrasos ou
23 deficiências na execução das OBRAS ou na prestação dos SERVIÇOS,
24 comprovadamente resultantes de atrasos ou deficiências na
25 obtenção de autorizações, na realização das expropriações por

1 utilidade pública ou na constituição de servidões, decorrentes da
2 prática de actos da competência de entidades públicas, e sempre
3 sem prejuízo da reposição do equilíbrio económico-financeiro da
4 CONCESSÃO, nos termos do Artigo 47°.

5 SECÇÃO III

6 DA EXPLORAÇÃO

7 Artigo 14°

8 (Regulamento do Serviço)

9 1. O REGULAMENTO DO SERVIÇO será facultado, quando solicitado,
10 gratuitamente, a todos os consumidores e utentes que celebrem
11 contrato com a CONCESSIONÁRIA.

12 2. O REGULAMENTO DO SERVIÇO, que consta do Anexo V, será
13 válido até à entrada em vigor do REGULAMENTO DE SERVIÇO a
14 elaborar pela CONCESSIONÁRIA, no prazo de seis meses a contar da
15 data da celebração do presente CONTRATO, com prévia aprovação por
16 parte da ENTIDADE CONCEDENTE.

17 3. A CONCESSIONÁRIA informará convenientemente todos os
18 consumidores e utentes, da entrada em vigor do novo REGULAMENTO
19 DE SERVIÇO, disponibilizando-o, gratuitamente, a todos os que o
20 solicitarem na sede da CONCESSIONÁRIA.

22 Artigo 15°

23 (Solicitação de Contrato de Fornecimento de Água)

24 1. Os contratos de fornecimento de água serão celebrados por
25 solicitação, dirigida à CONCESSIONÁRIA, efectuada quer por

	10
Livro	Folhas

AMT
2.
ABP

1 proprietários, quer por locatários, nas instalações daquela.

2 2. A celebração do contrato de fornecimento de água implica,
3 automaticamente, quando exista rede de saneamento no local, a
4 ligação ao SISTEMA DE SANEAMENTO.

5 3. A posição contratual da Câmara Municipal da Figueira da Foz
6 nos CONTRATOS DE FORNECIMENTO por esta celebrados transmitiu-se
7 para a CONCESSIONÁRIA.

8 **Artigo 16º**

9 **(Obrigação de Estabelecimento de Contrato)**

10 1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a aceitar como consumidor,
11 qualquer indivíduo ou entidade que o solicite, desde que o local
12 de ligação se encontre servido por um qualquer percurso de
13 canalização de água de abastecimento, disponha de caudal e
14 pressão suficientes, sem prejuízo do disposto no artigo 32º do
15 presente CONTRATO.

16 2. A ligação aos SISTEMAS é obrigatória para os CONSUMIDORES.

17 3. Nomeadamente, é obrigatória a instalação em todos os
18 prédios a construir, a remodelar ou a ampliar de sistemas
19 prediais de abastecimento de água e de drenagem de águas
20 residuais, sendo esta obrigação extensível a prédios já
21 existentes à data de instalação dos SISTEMAS, sem prejuízo de
22 poderem ser aceites, em casos especiais, soluções simplificadas
23 que assegurem as condições mínimas de salubridade, nos termos
24 definidos no REGULAMENTO DO SERVIÇO referido no Artigo 14º.

25 4. Os trabalhos de manutenção e reparação necessários à

1 conservação em condições de funcionamento e salubridade dos
2 sistemas prediais são da responsabilidade do proprietário ou
3 usufrutuário e do CONSUMIDOR, na parte que a cada um compete,
4 devendo ser objecto de um prévio parecer positivo da
5 CONCESSIONÁRIA.

6 5. Quando os sistemas prediais forem de grande capacidade ou
7 quando tal se justifique, a CONCESSIONÁRIA pode exigir um
8 programa de operações que refira os tipos de tarefas a realizar,
9 a sua periodicidade e metodologia, sendo o seu cumprimento da
10 responsabilidade dos CONSUMIDORES dos sistemas prediais em causa.

11 Artigo 17º

12 (Regime Geral dos Contratos de Fornecimento)

13 O CONTRATO de FORNECIMENTO é celebrado por tempo indeterminado,
14 podendo o CONSUMIDOR rescindi-lo a qualquer momento, devendo para
15 tanto comunicar a sua intenção à CONCESSIONÁRIA, nos termos e
16 prazos exarados no REGULAMENTO DO SERVIÇO.

18 Artigo 18º

19 (Contratos entre a Concessionária e Terceiros)

20 1. A CONCESSIONÁRIA assume a posição contratual da ENTIDADE
21 CONCEDENTE perante terceiros, relativamente aos contratos de
22 fornecimentos de bens e serviços, constantes do Anexo VI,
23 enquanto responsável da EXPLORAÇÃO dos SISTEMAS DE ABASTECIMENTO
24 DE ÁGUA e DE SANEAMENTO.

25 2. Todos os contratos celebrados com terceiros que sejam

	11
Livro	Folhas

Am
21
Moi

determinantes a uma boa execução continuada da EXPLORAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA obrigar-se-á à inclusão de disposições que permitam, à ENTIDADE CONCEDENTE, substituir-se-lhe, em caso de termo do presente CONTRATO, em caso de SEQUESTRO ou de RESGATE, nos termos do presente CONTRATO.

Artigo 19º

(Contratos com Municípios Vizinhos)

A celebração, pela CONCESSIONÁRIA, de quaisquer contratos ou protocolos de compra de água a municípios vizinhos ou a empresas concessionárias de serviços nesses municípios, bem como de venda de água a municípios ou empresas concessionárias, que venham a ser estabelecidos durante o prazo do presente CONTRATO, carece de prévio consentimento e autorização, da ENTIDADE CONCEDENTE, que participará nos mesmos como parte.

SECÇÃO IV

TRABALHADORES

Artigo 20º

(Transferência dos Trabalhadores)

1. Serão transferidos para o quadro de pessoal da CONCESSIONÁRIA todos os trabalhadores que constam no **Anexo VII** ao presente CONTRATO, afectos aos serviços a concessionar, desde que manifestem essa vontade.

2. Os trabalhadores que não optarem pela possibilidade prevista no número anterior, serão afectos ao serviço da CONCESSIONÁRIA, nos termos do artigo 16º do Dec. Lei n.º 379/93,

1 de 5 de Novembro, em regime de requisição, ficando dependentes da
2 mesma em matéria de serviço.

3 3. Os trabalhadores referidos no número dois terão o prazo de
4 um ano para, a solicitação sua, requererem a respectiva
5 transferência para o quadro de pessoal da CONCESSIONÁRIA.

6 4. A transferência referida no número anterior será, todavia,
7 sempre possível, mediante acordo entre o trabalhador e a
8 CONCESSIONÁRIA.

9 5 Os trabalhadores afectos ao serviço da CONCESSIONÁRIA, em
10 regime de requisição, ficam dependentes desta em relação à
11 informação prévia referente ao seu desempenho profissional, sem
12 prejuízo de ficarem dependentes dos órgãos da ENTIDADE
13 CONCEDENTE, no que respeita a promoções, progressões e concursos,
14 bem como em tudo o mais que se relacionar com a respectiva
15 carreira de funcionário público.

16 6. A todo o momento, ao longo do período da CONCESSÃO, os
17 funcionários requisitados, desde que o requeiram, poderão ser
18 integrados no quadro do pessoal da Câmara Municipal da Figueira
19 da Foz.

20 Artigo 21º

21 (Relações com a Entidade Concedente no Domínio Laboral)

22 1. Todas as alterações na carreira dos trabalhadores, em
23 regime de requisição, relativas a promoções, progressões ou
24 concursos, serão comunicadas pela ENTIDADE CONCEDENTE à
25 CONCESSIONÁRIA, com a antecedência necessária que permita a esta

	12
Livro	Folhas

MS
2.
AGI

1 realizar, atempadamente, as eventuais adaptações.

2 2 A CONCESSIONÁRIA elaborará, até 30 de Janeiro de cada ano,
3 um relatório de apreciação global do desempenho de cada
4 trabalhador em regime de requisição, o qual fará parte do dossier
5 da carreira de cada funcionário.

6 Artigo 22º

7 (Agentes da Concessionária)

8 1. No prazo máximo de três meses, a contar da data do início
9 do PERÍODO DE FUNCIONAMENTO NORMAL, a CONCESSIONÁRIA deverá
10 fornecer à ENTIDADE CONCEDENTE a referência e função de cada
11 elemento da sua estrutura de pessoal.

12 2. A admissão de novos trabalhadores deverá importar a
13 actualização, no prazo de trinta dias, da relação da estrutura de
14 pessoal referida no número anterior.

15 3. Todos os trabalhadores afectos aos serviços de manutenção,
16 operação ou vigilância dos sistemas, deverão encontrar-se
17 devidamente equipados e identificados.

18 SECÇÃO V

19 TRABALHOS E OBRAS

20 Artigo 23º

21 (Princípios Gerais)

22 1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter em bom estado de
23 conservação e funcionamento todas as INFRAESTRUTURAS e
24 EQUIPAMENTOS necessários à boa execução do presente CONTRATO.

25 2. Os diversos tipos de obras e trabalhos realizadas nas

1 INFRAESTRUTURAS ora concessionadas serão efectuados pela
2 CONCESSIONÁRIA ou pela ENTIDADE CONCEDENTE, de acordo com o
3 estabelecido no presente CONTRATO.

4 3. A CONCESSIONÁRIA poderá executar, sob sua responsabilidade
5 financeira, quaisquer obras ou trabalhos que considere úteis e
6 necessários à boa execução dos SERVIÇOS ora concessionados.

7 **Artigo 24º**

8 **(Trabalhos de Manutenção e Reparação)**

9 1. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a efectuar os trabalhos de
10 manutenção e reparação de todas as INFRAESTRUTURAS e EQUIPAMENTOS
11 concessionados, seja qual for a sua dimensão, suportando os
12 inerentes encargos.

13 2. Consideram-se incluídos no âmbito do número anterior os
14 trabalhos de manutenção e reparação relativos a:

15 a) Equipamentos mecânicos, equipamentos eléctricos e
16 electrónicos, equipamentos electromecânicos, acessórios
17 hidráulicos das captações, estações elevatórias, reservatórios e
18 estações de tratamento.

19 b) Construção civil das captações, estações elevatórias,
20 reservatórios e estações de tratamento, no que respeita aos
21 aspectos de:

22 i. Estanqueidade;

23 ii. Impermeabilizações e pinturas;

24 iii. Canalizações interiores, redes de electricidade interiores
25 e todos os outros trabalhos de conservação global de uma

	13
Livro	Folhas

AM
D.
Assi

1 construção ou edifício tradicionalmente acometidos a um
2 locatário;

3 iv. Espaços verdes e vedações;

4 c) Conduatas e Colectores, podendo os mesmos ser objecto de:

5 i. Intervenção para reparações de canalizações;

6 ii. Intervenção para desincrustações em conduatas;

7 iii. Reparações correntes de acessórios hidráulicos ou
8 substituições dos mesmos em casos de rotina.

9 d) RAMAIS DE LIGAÇÃO DOMICILIÁRIA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA e
10 RAMAIS DE LIGAÇÃO DOMICILIÁRIA DE RECOLHA DE EFLUENTES e
11 contadores de água.

12 3. Será efectuada uma vistoria semestral às INFRAESTRUTURAS e
13 EQUIPAMENTOS por uma equipa constituída por técnicos da ENTIDADE
14 CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA, que efectuarão um levantamento
15 das condições verificadas nos SISTEMAS, incluindo a respectiva
16 reportagem fotográfica.

17 4. Do auto de vistoria elaborado será notificada a
18 CONCESSIONÁRIA, estabelecendo-se um prazo razoável para alteração
19 das condições anómalas das INSTALAÇÕES e/ou dos EQUIPAMENTOS.

20 5. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a constituir uma base de dados
21 caracterizadora das INFRAESTRUTURAS, que será actualizada em cada
22 relatório semestral.

23 Artigo 25º

24 (Execução Compulsiva de Obras por Parte da Entidade Concedente)

25 1. A ENTIDADE CONCEDENTE poderá promover, por motivos

1 | excepcionais, a execução de quaisquer trabalhos de manutenção e
2 | reparação que sejam da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, no
3 | caso dos mesmos serem considerados urgentes, ou que visem obstar
4 | a uma interrupção do abastecimento de água superior a 24 horas,
5 | sempre que se prove que a CONCESSIONÁRIA não tomou as medidas
6 | adequadas.

7 | 2. Qualquer intervenção da ENTIDADE CONCEDENTE ao abrigo do
8 | disposto no n.º 1 do presente artigo será previamente notificada
9 | à CONCESSIONÁRIA a qual disporá de quatro horas para informar
10 | quais as medidas adoptadas.

11 | 3. Nos casos definidos no número 1 do presente artigo, os
12 | custos serão da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo
13 | das sanções que lhe venham a ser aplicadas nos termos do presente
14 | contrato.

15 | Artigo 26º

16 | (Ramais de Ligação Domiciliária)

17 | 1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a efectuar, nos termos do
18 | presente CONTRATO, os TRABALHOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO dos
19 | RAMAIS DE LIGAÇÃO DOMICILIÁRIA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA e dos
20 | RAMAIS DE LIGAÇÃO DOMICILIÁRIA DE RECOLHA DE EFLUENTES já
21 | existentes, bem como a construir todos os ramais que resultem da
22 | celebração de novos CONTRATOS DE FORNECIMENTO.

23 | 2. No caso de construção de novos ramais os custos serão
24 | debitados pela CONCESSIONÁRIA aos consumidores, nos termos do
25 | disposto no presente CONTRATO e no REGULAMENTO DO SERVIÇO.

	14
Livro	Folhas

my
D.
Assi

Artigo 27°

(Contadores)

1. O fornecimento de água será sempre e exclusivamente efectuado com recurso à utilização de um contador devidamente homologado pelas autoridades competentes.

2. Os contadores serão fornecidos pela CONCESSIONÁRIA aos consumidores, em regime de aluguer, e serão de modelo aprovado pela ENTIDADE CONCEDENTE, sob proposta da CONCESSIONÁRIA

3. A instalação dos contadores será feita pela CONCESSIONÁRIA, sendo os custos debitados aos consumidores e pagos, por estes, àquela, de acordo com as condições previstas no REGULAMENTO DO SERVIÇO.

4. A manutenção, reparação e substituição de contadores é da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do eventual recurso contra os CONSUMIDORES, nos termos dos respectivos CONTRATOS DE FORNECIMENTO.

5. Os custos de aluguer, manutenção e reparação do contador serão debitados aos consumidores e incluídos na parte fixa do tarifário, conforme disposto no presente CONTRATO e no REGULAMENTO DO SERVIÇO.

6. Os contadores já instalados à data de assinatura do presente CONTRATO serão adquiridos pela CONCESSIONÁRIA à ENTIDADE CONCEDENTE, nas condições referidas no artigo 85°.

Artigo 28°

(Verificação dos Contadores)

1 1. Nas condições particulares a consignar no REGULAMENTO DO
2 SERVIÇO, a CONCESSIONÁRIA poderá substituir os contadores, se os
3 consumos destes não se enquadrarem na gama de caudais apropriados
4 definidos naquele REGULAMENTO.

5 2. A substituição do contador referida no número anterior será
6 facturada ao consumidor, nos termos do REGULAMENTO DO SERVIÇO.

7 **Artigo 29º**

8 **(Aferição de Contadores)**

9 1. O consumidor terá o direito de exigir a aferição do seu
10 contador nas condições previstas no REGULAMENTO DO SERVIÇO.

11 2. Se o contador se encontrar em conformidade com as
12 disposições legais e regulamentares aplicáveis, os custos da
13 aferição serão suportados pelo consumidor.

14 3. A CONCESSIONÁRIA procederá, ainda ao ensaio, por
15 amostragem, dos contadores instalados, para efeito de aferição,
16 bem como à sua substituição periódica para efeitos de
17 verificação, conforme previsto na lei.

18 **Artigo 30º**

19 **(Trabalhos de Renovação)**

20 Os TRABALHOS DE RENOVAÇÃO que venham a incidir sobre todas as
21 INFRAESTRUTURAS e EQUIPAMENTOS, referidos no número 2 do artigo
22 24º do presente CONTRATO são da responsabilidade da
23 CONCESSIONÁRIA.

24 **Artigo 31º**

25 **(Ampliação e Extensão das Infraestruturas)**

	15
Livro	Folhas

AS
D
AS

1. Os trabalhos de extensão da rede de condutas ou colectores decorrentes da expansão urbana são da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e do NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS.

2. Todos os projectos que se destinem à execução dos trabalhos referidos no número anterior deverão ser submetidos previamente à apreciação e aprovação da ENTIDADE CONCEDENTE.

Artigo 32º

(Extensões Realizadas por Iniciativa de Particulares)

Sempre que particulares, cuja ligação aos RAMAIS DE ÁGUA e EFLUENTES não esteja prevista no Plano de Obras Anual em vigor, solicitarem a referida ligação, a CONCESSIONÁRIA, após aprovação da ENTIDADE CONCEDENTE, responsabilizar-se-á directamente pela realização dos trabalhos de extensão de redes, desde que os consumidores que beneficiarem dessas extensões se comprometam, prévia e expressamente, a assumir os custos de tais obras.

Artigo 33º

(Integração das Redes Privadas)

1. As INFRAESTRUTURAS construídas no âmbito de projectos de loteamentos desenvolvidos por entidades privadas e que, nos termos da lei, devam ser transferidas para a ENTIDADE CONCEDENTE, serão acompanhadas pela CONCESSIONÁRIA, devendo esta participar na aprovação do referido projecto e nos actos e acções de controlo e fiscalização dos projectos e obras.

2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

- a) Dar parecer aos requerentes num prazo de 30 (trinta) dias, relativamente à análise das especialidades de água e saneamento doméstico e pluvial, para projectos de construção, e de 45 (quarenta e cinco) dias para projectos de loteamento;
- b) Definir os pormenores técnicos, respeitantes a caixas de ramal, estações elevatórias, tubagens e tampas.

SECÇÃO VI

INVESTIMENTOS

Artigo 34º

(Novo Plano Global de Investimentos)

1. A CONCESSIONÁRIA executará o NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS, que consta do Anexo I-B, sem prejuízo do disposto nos Artigos seguintes.

2. O NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS poderá ser revisto a partir do terceiro ano da sua vigência, mediante proposta fundamentada de qualquer das PARTES comunicada à outra com a antecedência mínima de 1 (um) ano.

3. As PARTES deverão acordar os termos da revisão do NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da comunicação referida no número anterior.

4. Na ausência de acordo quanto às alterações a introduzir no NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS na sequência de proposta fundamentada de qualquer das PARTES, permanecerá em vigor o NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS tal como se encontrar à data do

	16
Livro	Folhas

My
D.
MSJ

1 pedido de revisão.

2 5. A responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela realização das
3 OBRAS constantes do NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS está
4 limitada, em termos de montantes globais e anuais, aos valores
5 que constam no Anexo I-B, actualizáveis anualmente, com
6 referência a 31 de Dezembro de 2004, com base na variação do
7 índice de preços no consumidor, sem habitação.

8 6. Se da adjudicação das OBRAS resultarem valores superiores
9 aos previstos no PROGRAMA ANUAL, a responsabilidade da
10 CONCESSIONÁRIA continuará limitada ao montante previsto no dito
11 PROGRAMA ANUAL, devendo a ENTIDADE CONCEDENTE indicar quais as
12 OBRAS que devem transitar para o ano seguinte.

13 **Artigo 35º**

14 **(Comparticipação da Entidade Concedente)**

15 1. A ENTIDADE CONCEDENTE assegurará o financiamento integral
16 das obras mencionadas, no Anexo VIII, como obras em execução pela
17 ENTIDADE CONCEDENTE.

18 2. [não utilizado]

19 3. Os investimentos identificados no NOVO PLANO GLOBAL DE
20 INVESTIMENTOS, cujos valores serão actualizáveis anualmente, nos
21 termos do número 5 do Artigo anterior, serão participados em
22 25% pela ENTIDADE CONCEDENTE, com exclusão da substituição de
23 EQUIPAMENTOS.

24 4. Qualquer participação da ENTIDADE CONCEDENTE, nos termos
25 do presente artigo, só será exigível pela CONCESSIONÁRIA, 90 dias

1 após a recepção, pela ENTIDADE CONCEDENTE, da respectiva factura
2 e auto de medição.

3 5. A ENTIDADE CONCEDENTE efectuará a conferência das facturas
4 e dos autos de medição durante os 90 dias referidos no número
5 anterior.

6 6. A ENTIDADE CONCEDENTE poderá substituir-se à CONCESSIONÁRIA
7 na obtenção de qualquer financiamento para a realização de
8 quaisquer obras a efectuar nos termos do presente CONTRATO, desde
9 que obtenha autorização desta última para o efeito, assumindo-se,
10 neste caso, como a promotora dessas obras, transferindo-as para a
11 CONCESSIONÁRIA quando concluídas aplicando-se, com as devidas
12 adaptações, as disposições do Artigo 6º.

13 7. Nas obras comparticipadas pela ENTIDADE CONCEDENTE, nos
14 termos do disposto no presente artigo, deverá ser devidamente
15 publicitada essa comparticipação.

16 Artigo 36º

17 (Programa Anual)

18 1. O PROGRAMA ANUAL, que será aprovado pela ENTIDADE
19 CONCEDENTE, englobará OBRAS até ao montante previsto para o ano
20 em causa no NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS e definirá
21 detalhadamente a totalidade das intervenções a efectuar,
22 incluindo os TRABALHOS DE RENOVAÇÃO.

23 2. Até 30 de Setembro de cada ano, a CONCESSIONÁRIA
24 apresentará o PROGRAMA ANUAL respeitante a todas as obras a
25 efectuar nos termos do presente CONTRATO, entre 1 de Janeiro e 31

	14
Livro	Folhas

pu
D.
MSJ

1 de Dezembro do ano seguinte, que contemplará as prioridades
2 definidas pela ENTIDADE CONCEDENTE quando devidamente acordadas
3 com a CONCESSIONÁRIA, até ao dia 31 de Junho de cada ano, sem
4 prejuízo do disposto no número 4 do presente artigo.

5 3. No âmbito da aprovação do PROGRAMA ANUAL, que deverá
6 ocorrer até 31 de Outubro de cada ano, a ENTIDADE CONCEDENTE
7 assumirá a responsabilidade do respectivo financiamento nos
8 termos previstos no artigo anterior, reservando, para tal, os
9 fundos provenientes da retribuição da CONCESSÃO.

10 4. Por razões de interesse público, poderá a ENTIDADE
11 CONCEDENTE mediante acordo com a Concessionária, alterar as obras
12 calendarizadas para o ano em questão, desde que tal alteração não
13 implique um acréscimo nos investimentos previstos para esse ano
14 e/ou no NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS.

15 5. Decorridos 60 (sessenta) dias sem que a ENTIDADE CONCEDENTE
16 se pronuncie sobre o PROGRAMA ANUAL, considerar-se-á este
17 tacitamente aprovado.

18 6. Caso a ENTIDADE CONCEDENTE solicite esclarecimentos ou
19 formule objecções ou propostas de alteração ao PROGRAMA ANUAL
20 apresentado, será aplicável o disposto no número 5. do Artigo
21 seguinte, sem prejuízo do disposto no número 8 do Artigo 13º.

22 Artigo 37º

23 (Estudos e Projectos Específicos)

24 1. Compete à CONCESSIONÁRIA a preparação dos estudos,
25 projectos e processos de concurso referentes às obras a realizar

1 nos termos do PROGRAMA ANUAL, os quais deverão respeitar as
2 normas legais e regulamentares em vigor e ser submetidos à
3 apreciação das entidades legalmente competentes.

4 2. A ENTIDADE CONCEDENTE fornecerá à CONCESSIONÁRIA todos os
5 estudos, projectos ou outros elementos indispensáveis para a
6 realização de obras que se encontrem na sua posse, no momento da
7 assinatura do presente CONTRATO, cabendo a esta a respectiva
8 actualização ou adaptação, se necessário.

9 3. Os projectos das obras devem ser submetidos à aprovação da
10 ENTIDADE CONCEDENTE, com excepção dos que forem por si
11 fornecidos.

12 4. Durante o prazo de 30 (trinta) dias após a apresentação
13 pela CONCESSIONÁRIA dos estudos e projectos, a ENTIDADE
14 CONCEDENTE poderá solicitar à CONCESSIONÁRIA quaisquer
15 esclarecimentos, bem como solicitar a correcção dos mesmos em
16 caso de desconformidade com as disposições do CONTRATO ou da
17 legislação aplicável.

18 5. Caso a ENTIDADE CONCEDENTE solicite esclarecimentos e/ou a
19 introdução de correcções nos termos do número anterior, o
20 processo de adjudicação das OBRAS suspende-se pelo período
21 necessário à prestação dos esclarecimentos e/ou à introdução das
22 correcções pela CONCESSIONÁRIA.

23 6. Decorrido o prazo referido no número 4. do presente Artigo
24 sem que a ENTIDADE CONCEDENTE tenha solicitado esclarecimentos
25 relativos aos estudos e projectos, a CONCESSIONÁRIA pode iniciar

	18
Livro	Folhas

18
2
18

1 o procedimento previsto no Artigo seguinte.

2 **Artigo 38º**

3 **(Adjudicação de Obras)**

4 1 Salvo disposição legal em contrário, a adjudicação de
5 empreitadas necessárias à execução do PLANO GLOBAL DE
6 INVESTIMENTOS deve ser precedida de processo de consulta entre
7 empresas do respectivo sector, constantes, para cada caso, de
8 "uma lista restrita" com um número par, no mínimo de seis,
9 seleccionadas em partes iguais pela ENTIDADE CONCEDENTE e pela
10 CONCESSIONÁRIA, que serão convidadas para apresentarem as suas
11 propostas, em cada caso concreto.

12 2. Os termos das consultas e respectivos processos deverão ser
13 previamente aprovados pela ENTIDADE CONCEDENTE, no prazo de 30
14 dias a contar da data em que lhe seja dirigida solicitação para o
15 efeito.

16 3. Decorrido o prazo referido no número anterior sem que a
17 ENTIDADE CONCEDENTE se tenha pronunciado sobre os termos das
18 consultas e respectivos processos, a CONCESSIONÁRIA pode iniciar
19 o processo de consulta referido no número 1. do presente Artigo.

20 **Artigo 39º**

21 **(Realização de Obras)**

22 1. A CONCESSIONÁRIA deve informar a ENTIDADE CONCEDENTE sobre
23 a necessidade de execução de quaisquer trabalhos que afectem os
24 utilizadores e o público em geral, da sua natureza, do prazo
25 previsível de execução e da eventual interrupção ou significativa

1 redução do serviço concessionado, com indicação das áreas
2 afectadas.

3 2. Para os efeitos do disposto no número anterior, consideram-
4 se como trabalhos que afectam os utilizadores e o público em
5 geral os que determinem uma interrupção ou uma significativa
6 redução do serviço concessionado, por um período superior a três
7 horas, entre as sete horas e as dezanove horas, e superior a seis
8 horas, nas restantes partes do dia, ou que impeçam ou dificultem,
9 de forma significativa, o trânsito de peões ou de veículos nas
10 vias públicas, ou o seu acesso a edifícios em geral e a
11 instalações de equipamento colectivo.

12 3. A CONCESSIONÁRIA anunciará, com a devida antecedência, nos
13 meios de comunicação social locais, os condicionamentos, para os
14 utilizadores e para o público em geral, a que tais trabalhos
15 derem lugar.

16 4. A CONCESSIONÁRIA, nos casos em que a urgência se não
17 compadeça com o processo previsto no presente artigo, dará início
18 imediato aos trabalhos, avisando primeiro a ENTIDADE CONCEDENTE e
19 procedendo, posteriormente, aos anúncios referidos no número
20 anterior.

21 5. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a comunicar às entidades abaixo
22 indicadas a natureza, o prazo e o serviço a realizar, acompanhado
23 de planta topográfica da área de intervenção:

- 24 a) a ENTIDADE CONCEDENTE;
25 b) a Junta de freguesia da área da intervenção;

	19
Livro	Folhas

AS

2.

1031

1 c) a Polícia de Segurança Pública ou a Guarda Nacional
2 Republicana;

3 d) a Protecção Civil Municipal;

4 e) o INEM;

5 f) outras entidades públicas e privadas cuja actividade possa
6 ser especialmente prejudicada pelos trabalhos.

7 6. Todos os trabalhos e intervenções a realizar pela
8 CONCESSIONÁRIA deverão estar devidamente sinalizados e
9 identificados.

10 7. Na execução de trabalhos no subsolo, a CONCESSIONÁRIA
11 deverá realizar a compactação mecânica de valas por camada e
12 proceder à reposição do pavimento no espaço intervencionado.

13 **Artigo 40º**

14 **(Fiscalização de Obras)**

15 1. A CONCESSIONÁRIA garantirá a correcta fiscalização de todas
16 as obras referentes à implementação do PLANO GLOBAL DE
17 INVESTIMENTOS.

18 2. A CONCESSIONÁRIA deve informar, por escrito e no prazo de
19 oito dias, a ENTIDADE CONCEDENTE, da verificação de anomalias ou
20 omissões que possam conduzir a futuros problemas ou dificuldades
21 na exploração.

22 3. A CONCESSIONÁRIA não poderá, em caso algum, alegar
23 deficiências de concepção ou de construção das obras referidas
24 para se escusar ao cumprimento de quaisquer das suas obrigações
25 contratuais, salvo se tais deficiências resultarem de imposições

1 da ENTIDADE CONCEDENTE.

2 4. A CONCESSIONÁRIA terá, no entanto, o direito de,
3 directamente ou por intermédio da ENTIDADE CONCEDENTE, exercer os
4 procedimentos que a lei concede aos donos da obra, para, assim,
5 exigir do fornecedor ou construtor as necessárias reparações de
6 deficiências constatadas após a adjudicação das obras.

7 5. A ENTIDADE CONCEDENTE manterá o direito de fiscalização em
8 qualquer obra a efectuar pela CONCESSIONÁRIA, a qual deverá
9 processar-se de modo a não perturbar o andamento normal dos
10 trabalhos.

11 6. Com o encerramento das empreitadas, a CONCESSIONÁRIA deverá
12 remeter à ENTIDADE CONCEDENTE a conta final, o auto de recepção
13 provisória, o comprimento final dos colectores, o número de
14 ramais, de estações elevatórias, de câmaras de visita e de
15 condutas elevatórias, bem como a justificação de trabalhos a
16 mais.

17 7. A ENTIDADE CONCEDENTE deverá participar na vistoria à
18 empreitada e fazer-se representar na celebração da recepção
19 provisória.

20 SECÇÃO VII

21 GARANTIAS, SANÇÕES E CONTENCIOSO

22 Artigo 41º

23 (Caução)

24 1. Na data da celebração do presente CONTRATO, a
25 CONCESSIONÁRIA prestará a favor da ENTIDADE CONCEDENTE uma caução

	20
Livro	Folhas

MM
2
MS

- 1 no valor de Esc. 1.410.000.000\$00 (um bilião quatrocentos e dez
2 milhões de escudos).
- 3 2. A caução referida no número anterior garantirá a boa
4 execução do presente CONTRATO e será restituída à CONCESSIONÁRIA
5 no termo do mesmo ou em caso de resgate.
- 6 3. A caução poderá ser prestada mediante depósito em dinheiro
7 em instituição bancária, títulos emitidos ou garantidos pelo
8 Estado, garantia bancária ou, ainda, através de um seguro-caução.
- 9 4. Se a caução for prestada por garantia bancária, esta deverá
10 referir expressamente que todo e qualquer pagamento efectuado por
11 sua conta, será realizado logo após a formalização de um pedido
12 escrito, efectuado pela ENTIDADE CONCEDENTE, devendo incorporar
13 no seu texto o sistema de "garantia automática" ou de "pagamento
14 à primeira solicitação", com total e absoluta autonomia em
15 relação ao presente CONTRATO.
- 16 5. A caução deverá ser de carácter irrevogável, não podendo
17 ser alterada sem o expresse consentimento da ENTIDADE CONCEDENTE.
- 18 6. Se a caução for prestada por seguro-caução este deverá
19 incluir, além de cláusula idêntica à referida no número anterior,
20 uma cláusula a coberto da qual o cancelamento do seguro só poderá
21 ser efectivado após autorização expressa da ENTIDADE CONCEDENTE.
- 22 7. [não utilizado]
- 23 8. Sempre que se mostre necessária a actualização do valor da
24 caução e esta tenha sido prestada mediante garantia bancária ou
25 seguro-caução, a ENTIDADE CONCEDENTE autorizará o cancelamento da

1 antiga garantia bancária ou seguro-caução, no momento em que for
2 apresentada a caução devidamente actualizada.

3 9. A diminuição da caução, por força de levantamentos que dela
4 sejam feitos, implica, para a CONCESSIONÁRIA, o ónus de proceder
5 à sua reconstituição no prazo de um mês a contar da data do
6 levantamento.

7 10. A ENTIDADE CONCEDENTE poderá autorizar a alteração da forma
8 de prestação da caução, e autorizará o cancelamento da antiga
9 caução no momento em que for apresentada a nova.

10 [NOTA: A Cláusula 63ª da Alteração ao Contrato de Concessão
11 assinada em 7 de Dezembro de 2004 dispõe o seguinte:

12 **«Cláusula 63ª**

13 **(Nova Caução)**

14 1. A CONCESSIONÁRIA poderá, a partir da presente data,
15 substituir a caução existente por uma nova caução, no valor, a
16 preços correntes, de € 5.406.122,00 (cinco milhões, quatrocentos
17 e seis mil e cento e vinte e dois euros).

18 2. A caução referida no número anterior, a emitir nos termos
19 do Anexo I-J, garante a boa execução do CONTRATO e será
20 restituída à CONCESSIONÁRIA e extinta até 60 (sessenta) dias após
21 o termo da CONCESSÃO.

22 3. A diminuição da caução, por força de levantamentos que dela
23 sejam feitos pela ENTIDADE CONCEDENTE, nos termos estipulados no
24 CONTRATO, implica, para a CONCESSIONÁRIA, o ónus de proceder à
25 sua reconstituição no prazo de 90 (noventa dias) a contar da data

	21
Livro	Folhas

114

2
AS

do levantamento.

4. A ENTIDADE CONCEDENTE poderá autorizar, a requerimento da CONCESSIONÁRIA, a alteração da forma de prestação da caução, e autorizará o cancelamento da antiga caução no momento em que for apresentada a nova.»]

Artigo 42º

[não utilizado]

Artigo 43º

(Sanções)

1. Sem prejuízo de eventuais responsabilidades da CONCESSIONÁRIA perante terceiros e para além de outras penalidades previstas no presente CONTRATO, a ENTIDADE CONCEDENTE poderá aplicar sanções à CONCESSIONÁRIA pelo incumprimento injustificado das obrigações abaixo referidas, até ao montante máximo indicado para cada caso.

2. Serão aplicadas, nos casos identificados, as sanções seguintes:

(a) No caso de interrupção geral ou parcial não justificada de abastecimento de água, será aplicada uma penalidade horária entre € 49,88 (quarenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos) e € 498,80 (quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos);

(b) [não utilizado]

(c) No caso de a falta de pressão anómala de água na rede de distribuição se manter, sem justificação e por mais de quarenta e oito horas, será aplicada uma penalidade horária entre € 2,49

1 (dois euros e quarenta e nove cêntimos) e € 24,94 (vinte e quatro
2 euros e noventa e quatro cêntimos), a partir do momento da
3 verificação da falta de pressão;

4 (d) No caso de violação dos limites máximos admissíveis em
5 qualquer dos parâmetros analisados para a água de abastecimento e
6 cuja manutenção dentro dos valores limite seja directa e
7 exclusivamente controlável pela CONCESSIONÁRIA, será aplicada uma
8 penalidade por parâmetro e em cada análise entre € 49,88
9 (quarenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos) e € 498,80
10 (quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta cêntimos);

11 (e) No caso de violação dos valores limite de emissão (VLE) em
12 qualquer dos parâmetros analisados para os EFLUENTES
13 descarregados após tratamento e cuja manutenção dentro dos
14 valores limite seja directa e exclusivamente controlável pela
15 CONCESSIONÁRIA, será aplicada uma penalidade, por análise, entre
16 € 2,49 (dois euros e quarenta e nove cêntimos) e € 24,94 (vinte e
17 quatro euros e noventa e quatro cêntimos);

18 (f) No caso de incumprimento de prazos para entrega dos
19 relatórios semestrais ou anuais previstos neste CONTRATO, será
20 aplicada uma penalidade diária entre € 24,94 (vinte e quatro
21 euros e noventa e quatro cêntimos) e € 249,40 (duzentos e
22 quarenta e nove euros e quarenta cêntimos);

23 (g) No caso de não fornecimento à ENTIDADE CONCEDENTE de
24 elementos solicitados ou de prestação de informações falsas, será
25 aplicada uma penalidade entre € 249,40 (duzentos e quarenta e

	22
Livro	Folhas

M
2
Mei

1 nove euros e quarenta cêntimos) e € 2.493,99 (dois mil,
2 quatrocentos e noventa e três euros e noventa e nove cêntimos)
3 por cada informação falsa ou omissão;

4 (h) No caso de descargas de esgoto a céu aberto, provenientes
5 do SISTEMA DE SANEAMENTO, entre € 100,00 (cem euros) e € 1.000,00
6 (mil euros) por dia;

7 (i) No caso de falta de reposição de pavimentos, nos termos do
8 número 7. do Artigo 39º, entre € 100,00 (cem euros) e € 1.000,00
9 (mil euros) por dia;

10 (j) No caso de falta de sinalização vertical e identificação de
11 trabalhos nos SISTEMAS, entre € 50,00 (cinquenta euros) e €
12 500,00 (quinhentos euros) por dia e por trabalho;

13 (k) No caso de falta de farda e identificação dos trabalhadores
14 da CONCESSIONÁRIA, entre € 25,00 (vinte e cinco euros) e € 250,00
15 (duzentos e cinquenta euros) por dia e por trabalhador.

16 3. Sempre que a ENTIDADE CONCEDENTE aplicar uma multa, a
17 CONCESSIONÁRIA será notificada da intenção da respectiva
18 aplicação, acompanhada de reportagem fotográfica ou audiovisual,
19 quando possível, sendo-lhe conferido um prazo não inferior a dez
20 dias, a contar da notificação, para contestar o fundamento
21 apresentado.

22 4. Com base na contestação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, o
23 Presidente da ENTIDADE CONCEDENTE poderá anular ou confirmar a
24 decisão.

25 5. A CONCESSIONÁRIA poderá, no prazo de 10 (dez) dias,

1 recorrer para o TRIBUNAL ARBITRAL da decisão proferida nos termos
2 do número anterior, só havendo lugar ao pagamento da multa quando
3 a decisão tiver carácter definitivo.

4 6. As multas serão pagas no prazo de trinta dias, contados a
5 partir da data em que a CONCESSIONÁRIA tiver sido notificada da
6 decisão referida no número anterior ou, caso não tenha sido
7 apresentada a competente contestação ou recurso, da data da
8 notificação da aplicação da sanção, reservando-se a ENTIDADE
9 CONCEDENTE a faculdade de se fazer pagar pela caução prevista no
10 presente CONTRATO.

11 7. Na aplicação das multas, a ENTIDADE CONCEDENTE actuará
12 segundo o princípio da proporcionalidade e basear-se-á em
13 critérios de gravidade e reiteração.

14 8. As multas aplicáveis não poderão ultrapassar o valor máximo
15 anual de € 50.000,00 (cinquenta mil euros).

16 Artigo 44º

17 (Sequestro)

18 1. Verificando-se o abandono dos SERVIÇOS por parte da
19 CONCESSIONÁRIA, a ENTIDADE CONCEDENTE poderá declarar o
20 sequestro, pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sem
21 prejuízo do direito de rescisão do CONTRATO.

22 2. A ENTIDADE CONCEDENTE poderá, ainda, declarar o sequestro e
23 tomar todas as medidas que considere necessárias para a
24 normalização da situação, quando, em casos de falta grave da
25 CONCESSIONÁRIA, nomeadamente, nas situações em que a qualidade da

	23
Livro	Folhas

M
2
Assi

1 água ou a saúde pública possam ser comprometidas, ou nos casos em
2 que se verifique reincidência de infracções, e ainda naqueles em
3 que o abastecimento, a recolha ou o tratamento dos efluentes não
4 esteja a ser assegurado na totalidade, por negligência comprovada
5 da CONCESSIONÁRIA.

6 3. Existindo causa de sequestro nos termos dos números
7 anteriores, a ENTIDADE CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA
8 para que, num prazo razoável, a fixar por aquela, sejam cumpridas
9 as obrigações contratuais e, consoante o caso, corrigidas ou
10 reparadas as deficiências verificadas.

11 4. Caso a CONCESSIONÁRIA, no prazo que lhe for fixado pela
12 ENTIDADE CONCEDENTE na notificação referida no número anterior,
13 não cumpra as obrigações contratuais ou não sane a situação
14 susceptível de dar causa ao sequestro, a ENTIDADE CONCEDENTE
15 poderá declarar imediatamente o exercício do direito constante
16 dos números 1 e 2 do presente Artigo.

17 5. Serão suportados pela CONCESSIONÁRIA todos os encargos e
18 despesas, devidamente documentados e contabilizados, em que a
19 ENTIDADE CONCEDENTE incorra necessária e justificadamente no
20 âmbito das actividades da CONCESSÃO, enquanto durar o período de
21 sequestro.

22 6. Logo que cessem os motivos que originaram o sequestro, e
23 caso a CONCESSIONÁRIA assegure poder reassumir a CONCESSÃO de
24 acordo com o CONTRATO, a ENTIDADE CONCEDENTE notificará aquela
25 para, em prazo razoável a fixar, retomar o exercício da

1 CONCESSÃO.

2 7. A verificação, pela ENTIDADE CONCEDENTE, da impossibilidade
3 do restabelecimento do normal funcionamento dos SERVIÇOS após o
4 termo do prazo máximo referido no número 1 do presente Artigo, é
5 fundamento para rescisão do CONTRATO por decisão unilateral da
6 ENTIDADE CONCEDENTE.

7 **Artigo 45º**

8 **(Rescisão pela Entidade Concedente)**

9 1. A ENTIDADE CONCEDENTE poderá rescindir o CONTRATO em caso
10 de violação reiterada, grave e não sanada pela CONCESSIONÁRIA do
11 presente CONTRATO, nomeadamente:

12 (a) Quando, fora dos casos previstos no CONTRATO, a
13 CONCESSIONÁRIA, por incumprimento dos procedimentos estipulados
14 no presente CONTRATO, trespasse ou subcontrate direitos e
15 obrigações emergentes do mesmo;

16 (b) [não utilizada]

17 (c) quando os montantes das multas, confirmadas por decisão
18 irrecorrível, no período de 3 (três) meses consecutivos,
19 ultrapassem 80% (oitenta por cento) do montante indicado no
20 número 8 do Artigo 43º;

21 (d) No caso de não cumprimento das condições técnicas e
22 especificações consignadas no presente CONTRATO;

23 (e) No caso da CONCESSIONÁRIA não acatar as indicações e
24 recomendações feitas pela ENTIDADE CONCEDENTE no que respeita à
25 conservação das INFRAESTRUTURAS e à eficiência do serviço ou se

	24
Livro	Folhas

MS

2

MS

1 eximir às obrigações de manutenção das INFRAESTRUTURAS e
2 EQUIPAMENTOS indispensáveis ao bom estado de funcionamento dos
3 SISTEMAS;
4 (f) Quando, com dolo, forneça informações falsas à ENTIDADE
5 CONCEDENTE;
6 2. Se a ENTIDADE CONCEDENTE, fundadamente, pretender exercer o
7 direito de rescisão, notificará a CONCESSIONÁRIA dessa intenção,
8 indicando os factos com base nos quais baseia esta pretensão e
9 conferindo-lhe um prazo razoável, não inferior a 10 (dez) dias,
10 para cumprir integralmente as suas obrigações e corrigir ou
11 reparar as consequências das violações contratuais alegadas.
12 3. A ENTIDADE CONCEDENTE remeterá ao representante das
13 ENTIDADES FINANCIADORAS, nos termos dos CONTRATOS DE
14 FINANCIAMENTO, cópia da notificação referida no número anterior,
15 a fim de permitir às mesmas o exercício dos direitos de
16 intervenção ("step-in") na CONCESSÃO, para efeitos de
17 substituição da CONCESSIONÁRIA na sanção do incumprimento
18 verificado.
19 4. Os termos, prazos e demais condições aplicáveis aos
20 direitos de intervenção ("step-in") referidos no número anterior
21 encontram-se estabelecidos no acordo directo constante do Anexo
22 I-H.
23 5. Sem prejuízo do disposto no acordo directo referido no
24 número anterior, caso a CONCESSIONÁRIA não retome o pontual
25 cumprimento das suas obrigações ou não corrija ou repare as

1 consequências do incumprimento havido, será a CONCESSIONÁRIA
2 notificada da intenção da ENTIDADE CONCEDENTE de exercer o seu
3 poder de rescisão, dando-se-lhe um prazo não inferior a 30
4 (trinta) dias para contestar as razões apresentadas.

5 6. Mantendo-se a decisão de rescisão, esta produz efeitos
6 imediatos independentemente de qualquer outra formalidade.

7 7. Rescindido o presente CONTRATO, a ENTIDADE CONCEDENTE
8 tomará posse das instalações, com a assistência da
9 CONCESSIONÁRIA, sendo esta notificada para o efeito.

10 8. Se ocorrer rescisão do CONTRATO, nos termos do presente
11 artigo, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelos danos que dela
12 possam advir.

13 9. No que respeita aos investimentos efectuados pela
14 CONCESSIONÁRIA, aplicar-se-á às situações previstas no presente
15 artigo, o procedimento previsto para o caso de resgate.

16 Artigo 46º

17 (Rescisão pela Concessionária)

18 1. A CONCESSIONÁRIA poderá rescindir o CONTRATO em caso de
19 violação reiterada, grave e não sanada pela ENTIDADE CONCEDENTE
20 do presente CONTRATO, bem como se:

21 (a) o mesmo for suspenso pela ENTIDADE CONCEDENTE por um
22 período superior a três meses, salvo em caso de sequestro,
23 decretado nos termos do Artigo 44º;

24 (b) o volume de água anual vendida for inferior em 30% ao
25 estabelecido no CASO BASE;

	25
Livro	Folhas

ml

2.

ASJ

1 (c) se verificar um caso fortuito ou de força maior.

2 2. Nos casos previstos no presente artigo, a CONCESSIONÁRIA
3 notificará a ENTIDADE CONCEDENTE da intenção de proceder à
4 rescisão contratual, apresentando desde logo os fundamentos da
5 mesma, devendo esta última pronunciar-se sobre os mesmos, no
6 prazo de trinta dias, sob pena de se considerarem aceites as
7 razões invocadas pela CONCESSIONÁRIA.

8 3. Operando a rescisão pelos motivos apontados no presente
9 Artigo, a ENTIDADE CONCEDENTE indemnizará a CONCESSIONÁRIA nos
10 termos do número 1 do Artigo 54º, sendo ainda responsável por
11 todos os danos emergentes e lucros cessantes que excedam o valor
12 daí resultante.

13 4. Com a rescisão, a ENTIDADE CONCEDENTE assumirá
14 automaticamente a posição da concessionária nos contratos de
15 financiamento, nos contratos de construção e nos demais contratos
16 relativos à exploração, nestes últimos dois casos com expressa
17 exclusão dos débitos resultantes da prática de actos ilícitos,
18 nomeadamente incumprimentos contratuais, por parte da
19 CONCESSIONÁRIA em data anterior ao termo do prazo previsto no
20 número 2. do presente Artigo.

21 5. No que respeita aos investimentos efectuados pela
22 CONCESSIONÁRIA e aos bens por ela adquiridos, aplicar-se-á às
23 situações acima previstas o procedimento previsto para o caso de
24 resgate.

25 Artigo 47º

(Equilíbrio Financeiro)

1. Para além das situações em que o direito de aceder à reposição do equilíbrio económico-financeiro da CONCESSÃO seja expressamente previsto neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá direito à reposição do equilíbrio financeiro da CONCESSÃO quando se verificarem quaisquer dos seguintes pressupostos:

a) Modificação unilateral pela ENTIDADE CONCEDENTE das obrigações da CONCESSIONARIA desde que em resultado da mesma, se verifique, para esta, um aumento significativo de custos ou uma perda relevante de receitas.

b) Ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, nos termos do n.º 3 do artigo 9º, excepto se, por força dos mesmos, se verificar a resolução do CONTRATO de CONCESSÃO, nos termos da alínea c) do número 1. do Artigo 46º.

c) Adequação a imperativos legais que venham a ser impostos.

d) diminuição superior a 15% (quinze por cento) dos caudais anuais de água de abastecimento vendida, em relação aos valores previstos para o ano em causa no CASO BASE;

e) --aumento superior a 15% (quinze por cento) do valor total dos caudais anuais de todos os EFLUENTES tratados, em relação aos valores previstos para o ano em causa no CASO BASE;

f) ampliação ou redução do âmbito dos SISTEMAS, relativamente ao que se encontra referido no CONTRATO;

g) oneração do SERVIÇO a prestar com encargos referentes a factores que não poderiam ter sido previstos à data da celebração

	26
Livro	Folhas

AM
02
MS

1 do CONTRATO, como por exemplo, com novas taxas, tarifas ou
2 impostos determinados por legislação que não esteja em vigor à
3 presente data ou encargos resultantes de pareceres vinculativos
4 emanados de entidades reguladoras;

5 h) aumento superior a 20% (vinte por cento) do valor médio
6 anual do indexante Euribor a 6 meses relativamente ao previsto no
7 CASO BASE;

8 i) incumprimento grave ou reiterado pela ENTIDADE CONCEDENTE
9 das obrigações para si decorrentes do CONTRATO, na medida em que
10 a CONCESSIONÁRIA não exerça o respectivo direito de rescisão;

11 j) aprovação pela ENTIDADE CONCEDENTE de um TARIFÁRIO
12 diferente do que resulta da aplicação do CONTRATO.

13 2. As partes acordam que, sempre que a CONCESSIONÁRIA tenha
14 direito à reposição do equilíbrio financeiro da CONCESSÃO, tal
15 reposição será efectuada de acordo com o que, de boa-fé, for
16 estabelecido entre as mesmas, em negociações que deverão iniciar-
17 se logo que solicitadas pela CONCESSIONÁRIA.

18 3. A reposição do equilíbrio financeiro poderá ser efectuada
19 de um dos seguintes modos:

- 20 a) Compensações directas a cargo da ENTIDADE CONCEDENTE;
21 b) Prorrogação do prazo da CONCESSÃO;
22 c) Alteração da tarifa de venda de água e/ou de saneamento;
23 d) Qualquer outra solução que venha a ser acordada entre as
24 partes.

25 4. A modalidade prevista na alínea b) do número 3 apenas

1 poderá ser utilizada para ocorrências cujos motivos se tenham
2 verificado após 31 de Dezembro de 2010.

3 5. Nos casos previstos nas alíneas a), c), d), e), f), h), i)
4 e j) do número 1 do presente Artigo e no número 3 do Artigo 12º,
5 a reposição do equilíbrio económico-financeiro da CONCESSÃO será
6 feita através da modalidade prevista na alínea a) do número 3 do
7 presente Artigo.

8 6. Se, decorridos 90 (noventa) dias após a data do pedido de
9 revisão, não tiver sido obtido um acordo, pode qualquer uma das
10 PARTES recorrer ao Tribunal Arbitral previsto no Artigo 48º, sem
11 prejuízo de se proceder à imediata implementação da reposição na
12 parte que tiver obtido o acordo das PARTES.

13 7. O Tribunal Arbitral deverá, no prazo máximo de 15 (quinze)
14 dias, decidir o pedido de reposição do equilíbrio, sendo tal
15 decisão aplicada de imediato.

16 8. A reposição do equilíbrio económico-financeiro da CONCESSÃO
17 terá sempre como referência o CASO BASE constante do Anexo I-E,
18 vigente à data da reposição, o qual representa a equação
19 financeira do CONTRATO.

20 9. O equilíbrio económico-financeiro da CONCESSÃO considerar-
21 se-á reposto quando, cumulativamente:

22 a) Os valores mínimos e médio do "rácio de cobertura anual do
23 serviço da dívida" (tal como definido nos CONTRATOS DE
24 FINANCIAMENTO) retomem os níveis constantes do Anexo I-K, quando
25 calculados desde a data de reposição até ao termo dos CONTRATOS

	24
Livro	Folhas

AM
2
Axi

1 DE FINANCIAMENTO;

2 b) Os valores mínimos e médio do "rácio de cobertura da vida
3 do empréstimo" (tal como definido nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO)
4 retomem os níveis constantes do Anexo I-K, quando calculados
5 desde a data de reposição até ao termo dos CONTRATOS DE
6 FINANCIAMENTO;

7 c) Seja reposta a TIR DE PROJECTO constante do Anexo I-K,
8 tendo em atenção o calendário de reembolsos e de remuneração
9 accionista constante do CASO BASE.

10 10. Sempre que haja lugar à reposição do equilíbrio económico-
11 financeiro, o CASO BASE será alterado em função e na medida de
12 tal reposição, procedendo-se à alteração do Anexo I-E.

13 **Artigo 48º**

14 **(Tribunal Arbitral)**

15 1. Todas as questões que se prenam com a interpretação e
16 execução do presente CONTRATO, ou de normas por que se rege a
17 CONCESSÃO, serão submetidas à apreciação de um Tribunal Arbitral,
18 que funcionará na Figueira da Foz e que será constituído por três
19 árbitros, sendo um nomeado pela ENTIDADE CONCEDENTE, outro pela
20 CONCESSIONÁRIA e o terceiro, que presidirá ao Tribunal, cooptado
21 pelos dois árbitros anteriormente nomeados.

22 2. Se uma das PARTES não nomear o seu árbitro dentro de um
23 prazo de quinze dias, contados a partir da data em que for
24 convidado a fazê-lo, ou se quinze dias depois de nomeado o último
25 árbitro, não houver acordo sobre a pessoa do terceiro, a escolha

do ou dos árbitro em falta será feita pelo Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra.

3. A decisão do Tribunal Arbitral deverá ser proferida no prazo de 30 dias, contados a partir da data de nomeação do último dos três árbitros.

4. O Tribunal Arbitral julgará "*ex-aequo et bono*" e das suas decisões não caberá recurso, excepto em questões de Direito.

5. Os encargos do processo arbitral ficarão a cargo da PARTE que haja decaído na questão suscitada ou, caso ambas decaiam, serão os referidos encargos repartidos pela ENTIDADE CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA, na proporção do respectivo decaimento.

Artigo, 49º

[não utilizado]

SECÇÃO VIII

TERMO DO CONTRATO

Artigo 50º

(Reversão)

1. Todas as INFRAESTRUTURAS e EQUIPAMENTOS que, no termo do CONTRATO, façam parte do conjunto de meios necessários à EXPLORAÇÃO, reverterão para a ENTIDADE CONCEDENTE, sem qualquer encargo para esta, devendo as mesmas encontrar-se em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo embora em consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efectuado.

2. Se o termo do CONTRATO, independentemente do seu fundamento, ocorrer em data anterior ao final do prazo de

	28
Livro	Folhas

M
S
SG

1 amortização dos investimentos efectuados pela CONCESSIONÁRIA ou
2 em data anterior à da finalização de imputação dos custos já
3 ocorridos com a contribuição paga à ENTIDADE CONCEDENTE, esta
4 devolverá à CONCESSIONÁRIA o valor líquido contabilístico desses
5 investimentos ou contribuições ou, em alternativa, acordará a
6 forma de se substituir à CONCESSIONÁRIA nas obrigações ainda em
7 curso.

8 3. No montante que houver de ser devolvido pela ENTIDADE
9 CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, nos termos previstos no número
10 anterior, será sempre deduzido o valor da comparticipação
11 prestada por aquela, por força do disposto no artigo 35°.

12 13 Artigo 51

14 (Aquisição de Bens da Concessionária)

15 1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, no final do
16 CONTRATO, reverterão para a ENTIDADE CONCEDENTE, se esta assim o
17 entender, todos os bens que sejam propriedade da CONCESSIONÁRIA,
18 e que se encontrem directamente afectos à prestação dos SERVIÇOS
19 concessionados, em estado de funcionamento e conservação que
20 permita a continuidade do serviço sem quebra de qualidade.

21 2. São considerados bens da CONCESSIONARIA todos os
22 EQUIPAMENTOS operacionais, de apoio administrativo e de
23 laboratório, bem como os "stocks" de consumíveis e
24 substituíveis, nomeadamente os Contadores Instalados e
25 Outro Imobilizado, Viaturas, Ferramentas e outros Equipamentos.

1 3. A reversão dos bens referidos no presente artigo far-se-á a
2 título oneroso sendo o valor dos mesmos determinado por acordo
3 entre as partes, tendo por base o seu valor líquido
4 contabilístico.

5 **Artigo 52º**

6 **(Continuidade do Serviço)**

7 1. A ENTIDADE CONCEDENTE poderá, durante os últimos seis meses
8 de vigência do presente CONTRATO, tomar as medidas necessárias à
9 garantia de continuidade do serviço da forma que menos
10 inconvenientes cause à CONCESSIONÁRIA.

11 2. A ENTIDADE CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA com
12 uma antecedência razoável, nunca inferior a 10 (dez) dias, das
13 medidas a tomar.

14 **Artigo 53º**

15 **(Resgate)**

16 1. A ENTIDADE CONCEDENTE poderá resgatar a CONCESSÃO, sempre
17 que motivos de interesse público o justifiquem e sejam já
18 decorridos dois quintos do prazo da mesma, devendo informar a
19 CONCESSIONARIA com, pelo menos, 1 (um) ano de antecedência.

20 2. Pelo resgate, a ENTIDADE CONCEDENTE assumirá automa-
21 ticamente todos os direitos e obrigações da CONCESSIONÁRIA e a
22 titularidade de todas as suas relações jurídicas no âmbito da
23 CONCESSÃO, incluindo os contratos de construção, os CONTRATOS DE
24 FINANCIAMENTO e os relativos à EXPLORAÇÃO.

25 3. Em caso de resgate, aplicar-se-á o disposto nos artigos 50º

	29
Livro	Folhas

MV

D

MJ

1 e 51°.

2 4. No período de pré-aviso, referido no número um do presente
3 artigo, as PARTES tomarão, concertadamente, as medidas adequadas
4 à continuidade do serviço, sem quebra de qualidade.

5 Artigo 54°

6 (Indemnização por Resgate)

7 1. Em caso de resgate, a reversão efectuar-se-á a título
8 oneroso, tendo a CONCESSIONÁRIA direito a uma indemnização no
9 valor de 5% (cinco por cento) do montante global da facturação do
10 último ano, multiplicada pelo número de anos que restarem para o
11 termo da CONCESSÃO, acrescido do reembolso do valor nominal dos
12 investimentos efectuados pelos seus accionistas e ainda não
13 reembolsados nessa data (capital social, prestações acessórias,
14 suprimentos e outros créditos que os accionistas detenham nessa
15 data sobre a CONCESSIONÁRIA).

16 2. O resgate só produz efeitos após o pagamento dos montantes
17 previstos no presente Artigo.

18 Artigo 55°

19 (Direitos dos Trabalhadores em Caso de Cessação do CONTRATO)

20 1. Em caso de extinção da CONCESSÃO, os trabalhadores
21 transitarão, automaticamente, para o quadro de pessoal dos
22 Serviços Municipalizados ou para o quadro de uma nova
23 CONCESSIONÁRIA, não perdendo os trabalhadores quaisquer dos
24 direitos que até então detinham.

25 2. Se, por qualquer motivo, a lei geral não permitir a

1 transferência automática dos trabalhadores, nos termos referidos
2 o número anterior, designadamente dos não sujeitos ao regime de
3 requisição, a ENTIDADE CONCEDENTE assumirá, para com os
4 trabalhadores, todos os encargos e responsabilidades referentes à
5 resolução dos contratos, incluindo as indemnizações legalmente
6 devidas pela cessação do contrato de trabalho.

7 CAPÍTULO II

8 DISPOSIÇÕES TÉCNICAS

9 SECÇÃO I

10 DO SERVIÇO CONCESSIONADO

11 Artigo 56º

12 (Regularização de Consumos Anteriores)

13 1. Todos os recebimentos provenientes de facturação,
14 correspondentes aos consumos realizados antes da data da
15 assinatura do presente CONTRATO deverão ser remetidos pela
16 CONCESSIONÁRIA à ENTIDADE CONCEDENTE para encontro de contas.

17 2. A CONCESSIONÁRIA desenvolverá todas as acções e tomará
18 todas as medidas de gestão para promover a boa cobrança da
19 facturação referida, assumindo, igualmente, todos os encargos que
20 daí advenham, dando cumprimento ao processo administrativo
21 corrente.

22 SECÇÃO II

23 EXPLORAÇÃO

24 Artigo 57º

25 (Origem de Água para Abastecimento)

	30
Livro	Folhas

117
2.
Mij

1 1. As obras de captação, tratamento e distribuição de água
2 devem ser exploradas em conformidade com as regras da arte, com o
3 objectivo de garantir a conservação do património produtivo de
4 água do concelho.

5 2. As origens da água destinada à produção e distribuição, nos
6 termos do presente CONTRATO, são as definidas no Anexo X.

7 **Artigo 58º**

8 **(Qualidade da Água de Abastecimento)**

9 1. A CONCESSIONÁRIA deverá garantir o cumprimento do
10 estipulado no Dec. Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, quer no
11 que se refere aos critérios e normas de qualidade quer no que se
12 refere às características da água de abastecimento para consumo
13 humano, tendo em consideração as instalações de tratamento
14 disponíveis que fazem parte das INFRAESTRUTURAS concessionadas.

15 2. Independentemente do cumprimento do estipulado no artigo
16 seguinte e referente ao controlo obrigatório mínimo, a
17 CONCESSIONÁRIA deverá verificar a qualidade da água com a
18 frequência necessária.

19 3. A CONCESSIONÁRIA cumprirá as regras da arte e respeitará
20 todas as disposições administrativas e técnicas da legislação
21 existente e aplicável, devendo, tanto a água a fornecer, como os
22 efluentes a rejeitar, apresentar, constantemente, as
23 características de qualidade exigidas na legislação em vigor.

24 4. Se as INFRAESTRUTURAS destinadas ao tratamento da água se
25 tornarem insuficientes por razões de alteração na composição

1 química, física ou microbiológica da água captada, ou por
2 alteração das exigências legais vigentes na data da assinatura do
3 presente CONTRATO, as obras ou outras intervenções, novas ou que
4 sejam alterações ou ampliações das existentes, que se tornem
5 necessárias, deverão ser realizadas no mais breve espaço de tempo
6 possível, devendo a CONCESSIONÁRIA alertar, em tempo útil, a
7 ENTIDADE CONCEDENTE.

8 5. No caso referido no número anterior, e sem prejuízo da
9 aplicação do disposto no Artigo 47º, as obras ou outras
10 intervenções serão levadas a cabo pela CONCESSIONÁRIA, em termos
11 a acordar com a ENTIDADE CONCEDENTE.

12 6. A ENTIDADE CONCEDENTE conservará sempre o direito de
13 proceder a um controlo de qualidade por sua própria iniciativa ou
14 de recusar, justificadamente, qualquer laboratório que colabore
15 com a CONCESSIONÁRIA.

16 Artigo 59º

17 (Qualidade dos Efluentes Finais)

18 A CONCESSIONÁRIA assegurará que o funcionamento das
19 INFRAESTRUTURAS, que constituem o sistema de recolha, tratamento
20 e rejeição de efluentes, garantirá a qualidade dos efluentes
21 finais, nos termos do previsto nos respectivos programas de
22 exploração e na legislação em vigor, referente às normas, gerais
23 e complementares, sectoriais de descargas.

24 Artigo 60º

25 (Controlo de Qualidade da Água de Abastecimento)

	31
Livro	Folhas

AM

2
ASG

1 1. A CONCESSIONÁRIA procederá ao controlo da água de captação
2 com frequência mínima anual de amostragem e de realização das
3 determinações analíticas em função da classificação dos
4 parâmetros e qualidade, nos termos do disposto no Dec. Lei n.º
5 243/2001, de 5 de Setembro.

6 2. A CONCESSIONÁRIA assegurará a frequência mínima anual de
7 amostragem e de análises para controlo da qualidade da água para
8 abastecimento humano nos aspectos referentes às características
9 físicas, químicas e microbiológicas, nos termos do disposto no
10 Dec. Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro.

11 3. A CONCESSIONÁRIA assegurará a frequência mínima anual de
12 amostragem e de análises para controlo das descargas de
13 efluentes, nos termos do disposto no Dec. Lei n.º 243/2001, de 5
14 de Setembro.

15 4. Sem prejuízo das acções de fiscalização e controlo
16 efectuado pela ENTIDADE CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA prestará
17 todo o apoio às entidades oficiais com competências atribuídas em
18 matéria de controlo de qualidade e vigilância sanitária, nas
19 acções de inspecção relativas à qualidade da água em qualquer
20 ponto do sistema.

21 5. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a afixar os resultados do
22 controlo analítico da qualidade da água e dos EFLUENTES nas sedes
23 das Juntas de Freguesia e, no final do ano, a efectuar a sua
24 publicação em 2 (dois) jornais de âmbito regional.

1 (Laboratório de Controlo Analítico)

2 Como meio técnico de apoio ao controlo analítico, referido nos
3 artigos anteriores, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a recorrer a
4 laboratórios externos devidamente acreditados.

5 Artigo 62º

6 (Quantidade da Água)

7 1. A CONCESSIONÁRIA garantirá o fornecimento da água
8 necessária à satisfação dos consumidores existentes e servidos no
9 interior do PERÍMETRO TERRITORIAL DA CONCESSÃO.

10 2. Se a capacidade das captações se tornar insuficiente para
11 satisfazer as solicitações reais ou previstas neste CONTRATO, ou
12 se houver indícios claros de que tal possa vir a acontecer, a
13 CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ENTIDADE CONCEDENTE, no mais
14 curto prazo possível, uma solução que permita restabelecer a
15 situação com uma margem de garantia suficiente.

16 3. No caso referido no número anterior, e sem prejuízo da
17 aplicação do disposto no Artigo 47º, as obras ou outras
18 intervenções serão levadas a cabo pela CONCESSIONÁRIA, em termos
19 a acordar com a ENTIDADE CONCEDENTE.

20 4. Se a capacidade do SISTEMA DE SANEAMENTO se tornar
21 insuficiente para o cumprimento do SERVIÇOS a que a
22 CONCESSIONÁRIA está obrigada a prestar, proceder-se-á de forma
23 idêntica à prevista para o caso do SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE
24 ÁGUA.

25 5. O estipulado no presente artigo não será aplicável nos

	32
Livro	Folhas

MM
2
M

1 casos em que os estudos e projectos tenham sido acompanhados,
2 supervisionados ou elaborados pela ENTIDADE CONCEDENTE e a
3 situação deficitária, tendo-se verificado dentro do horizonte do
4 projecto, não tenha sido causada pela ligação de unidades
5 industriais e/ou áreas de expansão não consideradas nos projectos
6 de INFRAESTRUTURAS.

7 **Artigo 63º**

8 **(Pressão da Água)**

9 1. A. pressão mínima do SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, em
10 condições de serviço normal é de 30 mca. (metros de coluna de
11 água acima da quota do solo), sem prejuízo da existência de zonas
12 que, por condições particulares e estruturais, apresentam
13 pressões mínimas inferiores àquele valor.

14 2. Se as INFRAESTRUTURAS existentes se tornarem insuficientes
15 para assegurar as condições de pressão previstas no presente
16 CONTRATO ou se houver indícios claros de que tal possa vir a
17 acontecer, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ENTIDADE
18 CONCEDENTE, no mais curto espaço de tempo possível, a solução que
19 permita restabelecer a situação com uma margem de garantia
20 suficiente, ficando ao livre arbítrio da ENTIDADE CONCEDENTE a
21 adopção ou a recusa da solução proposta.

22 3. Desde que as obras ou outras intervenções referidas no
23 presente artigo não resultem de deficiências atribuíveis à
24 CONCESSIONÁRIA, todos os custos associados àquelas intervenções
25 serão da responsabilidade da ENTIDADE CONCEDENTE, devendo a sua

1 regularização ser acordada entre as PARTES, antes do início da
2 intervenção, salvo nos casos de necessidade de acção imediata.

3 Artigo 64º

4 (Luta Contra Incêndios)

5 1. A CONCESSIONÁRIA fornecerá, gratuitamente, a água que for
6 utilizada pelos Bombeiros para extinção de incêndios.

7 2. Em caso de incêndio, todo o pessoal da CONCESSIONÁRIA,
8 qualificado e disponível, será colocado à disposição das
9 autoridades, para manobrar a rede de distribuição.

10 Artigo 65º

11 (Condições Técnicas Particulares da Exploração)

12 1. Qualquer interrupção, de duração superior a quatro horas
13 consecutivas, nos SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ou DE
14 SANEAMENTO, necessária a uma intervenção programada, que
15 determine descargas directas para o meio receptor, deverá ser
16 feita após autorização da ENTIDADE CONCEDENTE e em articulação
17 com esta.

18 2. Sempre que ocorrer alguma situação prevista no número
19 anterior, a CONCESSIONÁRIA deverá tomar todas as medidas que
20 estiverem ao seu alcance para minimizar os inconvenientes e os
21 incómodos causados aos consumidores.

22 3. Em caso de avaria imprevisível ou qualquer outro acidente
23 que obrigue à interrupção do fornecimento de água ou à descarga,
24 sem tratamento, de efluentes, a CONCESSIONÁRIA tomará as
25 providências necessárias, no sentido de dar conhecimento imediato

	33
Livro	Folhas

Am
2
M

1 e directo à ENTIDADE CONCEDENTE, bem como aos consumidores
2 especiais afectados, designadamente hospitais, estabelecimentos
3 escolares e industriais grandes consumidores.

4 4. No caso de se poder prever que a situação descrita se irá
5 prolongar por mais de quatro horas consecutivas, os consumidores
6 em geral deverão ser informados de tal situação, utilizando-se,
7 para o efeito, os meios adequados.

8 5. Em caso de avaria imprevisível ou de qualquer acidente,
9 como o mencionado no número anterior, a CONCESSIONÁRIA
10 compromete-se a mobilizar todos os meios adequados à reparação da
11 avaria no menor período de tempo possível.

12 6. Cabe à ENTIDADE CONCEDENTE avaliar o desempenho da
13 CONCESSIONÁRIA na eficiência com que vier a retomar a situação,
14 após uma interrupção accidental do serviço, para a considerar, ou
15 não, justificada nos termos do artigo 44º deste CONTRATO.

16 7. Consideram-se justificadas as interrupções do abastecimento
17 de água, as variações nos níveis de pressão de serviço e/ou as
18 descargas, sem tratamento, de EFLUENTES motivadas por qualquer
19 uma das seguintes circunstâncias:

20 a) alteração da qualidade da água distribuída ou a previsão da
21 sua deterioração a curto prazo;

22 b) avarias ou realização de obras no sistema público de
23 distribuição ou nos sistemas prediais, sempre que os trabalhos
24 justifiquem essa suspensão;

25 c) ausência de condições de salubridade nos sistemas prediais;

- 1 d) casos fortuitos ou de força maior;
2 e) trabalhos nos RAMAIS;
3 f) modificação programada das condições de EXPLORAÇÃO ou
4 alteração justificada das pressões de serviço.

5 **Artigo 66º**

6 **(Dispositivos de Utilização Pública e Colectiva)**

7 1. São considerados dispositivos de utilização pública e
8 colectiva as tomadas de água para lavagens de ruas e para rega,
9 os chafarizes, as bocas de incêndio, os sumidouros e as sarjetas,
10 os quais serão colocados, transferidos ou suprimidos pela
11 CONCESSIONÁRIA por solicitação da ENTIDADE CONCEDENTE.

12 2. Os custos inerentes às operações definidas no número
13 anterior, serão suportados pela ENTIDADE CONCEDENTE, sendo os
14 respectivos montantes estabelecidos caso a caso.

15 3. A instalação de contadores nas obras de utilização pública
16 e colectiva será da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, que
17 facturará, nos termos do presente CONTRATO e do REGULAMENTO DO
18 SERVIÇO a água medida naqueles locais.

19 4. Enquanto os dispositivos de rega e lavagem não forem
20 equipados com contadores próprios, a ENTIDADE CONCEDENTE e a
21 CONCESSIONÁRIA, por acordo e estimativa, estabelecerão os
22 montantes a facturar pela utilização da água.

23 **SECÇÃO III**

24 **RELAÇÃO COM OS CONSUMIDORES**

25 **Artigo 67º**

	34
Livro	Folhas

MMJ
D.
MJP

(Pagamentos dos Consumidores à Concessionária)

1. A CONCESSIONÁRIA facturará, periodicamente, a cada CONSUMIDOR o serviço efectuado, com base no TARIFÁRIO, nos termos previstos no REGULAMENTO DO SERVIÇO.

2. O atraso no pagamento, para além do prazo de sessenta dias após a data de emissão da factura, conferirá à CONCESSIONÁRIA, automaticamente, o direito a receber o montante em dívida, acrescido dos respectivos juros de mora contabilizados à taxa legal em vigor, ou, em alternativa, uma penalização cuja definição e quantificação constará do REGULAMENTO DO SERVIÇO.

3. O atraso no pagamento superior a um mês, para além do termo do prazo referido no número anterior, conferirá à CONCESSIONÁRIA o direito a proceder à interrupção do fornecimento de água mantendo-se, no entanto, a facturação do preço fixo.

4. A interrupção do fornecimento de água, nos termos do número anterior, nunca poderá ter lugar antes da comunicação ao consumidor de tal intenção pela CONCESSIONÁRIA, através de carta registada com aviso de recepção, com a antecedência mínima de dez dias.

5. A CONCESSIONÁRIA terá também a faculdade prevista nos números anteriores, no caso de lhe não ser possibilitado o acesso ao contador por razão imputável ao CONSUMIDOR.

6. A reabertura da ligação só será efectuada após pagamento de todos os custos em dívida à CONCESSIONÁRIA.

1 (Pagamentos de Obras em Regime de Iniciativa Particular)

2 1. No caso previsto no artigo 32° do presente CONTRATO o
3 pagamento das obras efectuadas pela CONCESSIONÁRIA em regime de
4 iniciativa privada será efectuado nos termos a acordar entre esta
5 e os interessados.

6 2. Não havendo outro acordo, a participação de cada um dos
7 futuros consumidores será proporcional à distância que separa a
8 origem do seu RAMAL DOMICILIÁRIO da origem do troço da extensão a
9 efectuar.

10 3. Durante os primeiros três anos, a contar da data da entrada
11 em serviço de um troço de rede realizado em regime de iniciativa
12 particular, qualquer novo consumidor que pretenda estabelecer
13 ligação ao referido troço deverá pagar uma quantia igual à que
14 teria pago se tivesse aderido na data de construção do mesmo,
15 descontando-se, contudo, 25% do valor em causa no segundo ano e
16 50% do mesmo no terceiro.

17 4. A quantia referida no número anterior, será distribuída
18 pelos consumidores já servidos pelo referido troço na proporção
19 da sua participação e liquidada pela CONCESSIONÁRIA com a
20 primeira factura a emitir após a recepção do valor em causa.

21 CAPÍTULO III

22 DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

23 SECÇÃO I

24 RETRIBUIÇÃO

25 Artigo 69°

	35
Livro	Folhas

13

2

MS

1 (Retribuição da Concessão)

2 A CONCESSIONÁRIA pagará à ENTIDADE CONCEDENTE uma retribuição
3 anual, com os seguintes montantes:

4 (a) no 1º Ano, Esc. 700.000.000\$00 (setecentos milhões de
5 escudos);

6 (b) no 2º Ano, Esc. 350.000.000\$00 (trezentos e cinquenta
7 milhões de escudos);

8 (c) no 3º Ano, Esc. 300.000.000\$00 (trezentos milhões de
9 escudos);

10 (d) no 4º Ano, Esc. 200.000.000\$00 (duzentos milhões de
11 escudos);

12 (e) no 5º Ano, Esc. 150.000.000\$00 (cento e cinquenta milhões
13 de escudos).

14 (f) entre 2004 e 2013 (inclusive), € 250.000,00 (duzentos e
15 cinquenta mil euros), em cada ano;

16 (g) entre 2014 e 2018 (inclusive), € 400.000,00 (quatrocentos
17 mil euros), em cada ano;

18 (h) entre 2019 e 2023 (inclusive), € 800.000,00 (oitocentos mil
19 euros), em cada ano;

20 (i) entre 2024 e 2028 (inclusive), € 1.200.000,00 (um milhão e
21 duzentos mil euros), em cada ano;

22 (j) Em 2029, € 463.937,00 (quatrocentos e sessenta e três mil,
23 novecentos e trinta e sete euros.

24 Artigo 70º

25 (Pagamento da Retribuição)

1 1. O pagamento das anuidades será concretizado da seguinte
2 forma:

3 (a) no acto de assinatura do presente CONTRATO, o pagamento
4 correspondente à anuidade do 1º ano;

5 (b) as restantes anuidades, serão pagas em duas prestações
6 iguais a liquidar nos dias quinze de Janeiro e quinze de Julho,
7 do ano a que, respectivamente, disserem respeito.

8 2. Na falta de pagamento nas datas referidas nas alíneas do
9 número anterior, serão devidos, além das anuidades em falta, os
10 juros de mora à taxa legal em vigor, a contar da data do referido
11 incumprimento.

12 3. Se, porém, o atraso no pagamento das anuidades exceder
13 quinze dias, a taxa referida no número anterior será aumentada em
14 cinco pontos percentuais.

15 Artigo 71º

16 (Actualizações da Retribuição)

17 1. A retribuição devida pela CONCESSIONÁRIA, será actualizada
18 anualmente, com base na variação do índice de preços no
19 consumidor, sem habitação, verificada desde Janeiro do ano
20 anterior.

21 2. A primeira actualização terá lugar no segundo ano de
22 vigência do presente CONTRATO e terá como referência inicial o
23 índice de preços correspondente ao mês de Janeiro de 1999.

24 Artigo 72º

25 [não utilizado]

	36
Livro	Folhas

M
2
AGI

Artigo 73º

(Taxas e Tarifas)

A CONCESSIONÁRIA cobrará o fornecimento da água e a prestação dos serviços de saneamento de acordo com uma tabela de tarifas, que deverá revestir as seguintes características:

a) **Tarifa volumétrica para abastecimento de água**, a qual constitui a parte do preço da água calculada em função do volume de água consumido. A tarifa volumétrica para abastecimento de água divide-se segundo a natureza dos CONSUMIDORES e tipo de escalão de consumo a que se aplica, conforme previsto no Anexo I-G;

b) **Tarifa de disponibilidade**, a qual constitui a parte fixa da tarifa de água e de saneamento, independente do volume de água consumido e do serviço de drenagem e tratamento de efluentes. A tarifa de disponibilidade divide-se segundo a natureza dos CONSUMIDORES e calibre do contador, de acordo com o anexo I-G;

c) **Tarifa volumétrica para saneamento**, a qual constitui a parte do preço do serviço de drenagem e tratamento de EFLUENTES, calculada em função do volume de água consumido. A tarifa volumétrica para saneamento divide-se segundo a natureza dos CONSUMIDORES e tipo de escalão de consumo a que se aplica, conforme previsto no Anexo I-G.

Artigo 74º

(Facturação de Outros Serviços)

1. Em anexo ao tarifário serão estipulados os custos máximos

1 que a CONCESSIONÁRIA poderá cobrar por prestação de outros
2 serviços ou trabalhos aos consumidores.

3 2. Serão considerados os pagamentos dos seguintes serviços,
4 para além de outros a estabelecer, eventualmente, no REGULAMENTO
5 DO SERVIÇO:

6 (a) Tarifa de ligação à rede;
7 (b) Tarifa de interrupção de fornecimento;
8 (c) Tarifa de colocação de contador;
9 (d) Tarifa de aferição de contadores, se solicitada pelo
10 consumidor;
11 (e) Tarifa restabelecimento de ligação;
12 (f) Tarifa para vistoria à canalização interior, se solicitada
13 pelo consumidor;
14 (g) Apresentação de segundo aviso;
15 (h) Elaboração de orçamento;
16 (i) Mudança de nome sem colocação de contador;
17 (j) Leitura especial;
18 (k) Deslocação para pequenos serviços;
19 (l) Portes;
20 (m) Apreciação de projectos submetidos por sociedades
21 comerciais e outras entidades com fins lucrativos, nos termos
22 previstos no REGULAMENTO DO SERVIÇO.

23 (n) Tarifas de construção de RAMAIS DE LIGAÇÃO DOMICILIÁRIA DE
24 ABASTECIMENTO DE ÁGUA e de RAMAIS DE LIGAÇÃO DOMICILIÁRIA DE
25 RECOLHA DE EFLUENTES.

	34
Livro	Folhas

MS
2.
MS

Artigo 75°

(Outras Tarifas ou Taxas)

1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a facturar e cobrar, por conta da ENTIDADE CONCEDENTE e em termos a acordar caso a caso, outras tarifas ou taxas existentes ou que venham a ser criadas.

2. A CONCESSIONÁRIA assegurará a liquidação, facturação e cobrança da tarifa de resíduos sólidos, sem qualquer retribuição específica, nos termos que lhe forem transmitidos pela ENTIDADE CONCEDENTE.

3. As tarifas ou taxas serão fixadas pela ENTIDADE CONCEDENTE, em edital da Câmara Municipal, sendo a CONCESSIONÁRIA notificada da decisão com, pelo menos, dois meses de antecedência em relação à respectiva entrada em vigor.

4. Os valores assim cobrados pela CONCESSIONÁRIA serão remetidos à ENTIDADE CONCEDENTE até ao dia 20 do mês seguinte em que forem cobrados.

Artigo 76°

(Actualização do TARIFÁRIO)

O TARIFÁRIO será actualizado anualmente, por aplicação da fórmula de actualização seguinte:

$$Tr(n) = Tp(n) \times P$$

Em que:

Tr(n) = Tarifa revista para o período (n)

Tp(n) = Tarifa prevista no TARIFÁRIO para o período (n), nos termos do Anexo I-G

1 P = Factor de revisão, que resulta da seguinte fórmula:

$$2 \quad P = \frac{IPC_{(n-1)}}{IPC_{(2003)}}$$

3 **Artigo 77º**

4 **(Tarifário a Vigorar no Início do Contrato)**

5 O tarifário a vigorar no início do CONTRATO é o que é apresentado
6 no **Anexo XIII**.

7 [NOTA: A Cláusula 65º da Alteração ao Contrato de Concessão
8 assinada em 7 de Dezembro de 2004 dispõe o seguinte:

9 **«Cláusula 65ª**

10 **(Tarifário)**

11 1. Sem prejuízo das alterações que venham a ocorrer nos termos
12 do Contrato de Concessão, o **TARIFÁRIO** é o que consta do Anexo I-
13 G, líquido de IVA e a preços de 31 de Dezembro de 2004.

14 2. Todas as referências e remissões feitas no Contrato de
15 Concessão a um tarifário devem considerar-se feitas para o Anexo
16 I-G.

17 3. O **TARIFÁRIO** que ora se adopta deverá ser divulgado aos
18 **CONSUMIDORES**, por publicação nos jornais locais, sendo já
19 aplicado na facturação correspondente aos consumos do mês de
20 Janeiro.»

21 **Artigo 78º**

22 **(Preços Especiais)**

23 1. A **CONCESSIONÁRIA** poderá aceitar contratos de fornecimento
24 de água em condições especiais, com tarifa diferente, da
25 estabelecida neste CONTRATO, desde que todos os consumidores com

	38
Livro	Folhas

my
2.
Ass

1 as mesmas características beneficiem, de igual forma, das mesmas
2 regalias.

3 2. As condições especiais *supra* referidas, bem como a tarifa
4 aplicável, constarão do REGULAMENTO DO SERVIÇO.

5 3. No caso de CONSUMIDORES industriais cujas águas residuais
6 não respeitem as cargas poluidoras legais e regulamentares, a
7 tarifa volumétrica será calculada em função do volume de águas
8 residuais drenadas acrescida da respectiva carga poluidora, no
9 período em que não sejam cumpridas as condições de rejeição das
10 águas residuais, tal como previsto no REGULAMENTO DO SERVIÇO.

11 4. Aos CONSUMIDORES que possuem furos artesianos ou outros
12 sistemas de abastecimento de água, deverá assegurar-se a
13 liquidação da tarifa volumétrica de saneamento, englobando os
14 caudais drenados mesmo que não fornecidos pela CONCESSIONÁRIA,
15 nos termos previstos no REGULAMENTO DO SERVIÇO.

16 Artigo 79º

17 (Orçamentação das Obras a Realizar pela Concessionária)

18 1. [não utilizado]

19 2. Os trabalhos de ampliação e extensão de INFRAESTRUTURAS da
20 responsabilidade da ENTIDADE CONCEDENTE que são atribuídos à
21 CONCESSIONÁRIA, no âmbito da concretização do PLANO GLOBAL DE
22 INVESTIMENTOS e DO PROGRAMA ANUAL, serão executados de acordo com
23 a tabela de custos unitários aprovada anualmente pela ENTIDADE
24 CONCEDENTE, sob proposta da CONCESSIONÁRIA.

25 3. A partir da outorga da presente alteração, vigorarão os

1 montantes constantes do **Anexo I-D**.

2 4. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a apresentar a discriminação dos
3 trabalhos por preços unitários, como suporte à apresentação dos
4 orçamentos.

5 **Artigo 80º**

6 **(Actualização de Preços de Execução de Obras por parte da**
7 **Concessionária)**

8 1. Os custos constantes da lista de preços unitários referidos
9 no **Anexo I-D**, para execução de ramais ou de obras de ampliação e
10 extensão, serão actualizados de acordo com a fórmula seguinte:

$$\begin{aligned} 11 \quad k2 = & 0,40 * (Sa1/Sa) + 0,05 + (Av1/Av + 0,07 * Ac1/Ac) + 0,10 + \\ 12 \quad & (Ci1/Ci) + 0,10 + (G1/G) + 0,05 + Mp1/Mp + 0,04 + (Fb1/Fb) + \\ 13 \quad & 0,04 (Gr1/Gr) + 0,15 \end{aligned}$$

14 em que:

15 • K2 é o factor de revisão;

16 • Sa1 é o índice ponderado de mão de obra no distrito de
17 Coimbra, em vigor no momento a que respeita a revisão;

18 • Sa é o valor correspondente ao Sa1, referido ao mês de Novembro
19 de 1997;

20 • Av1 é o valor do índice do custo de aço em varão, publicado
21 para o mês em que se efectua a revisão;

22 • Av é o valor correspondente a Av1, referido ao mês de Novembro
23 de 1997;

24 • Ac1 é o valor do índice do custo de aço em chapa, publicado
25 para o mês em que se efectua a revisão;

	39
Livro	Folhas

M
2
Assi

- 1 • Ac é o valor correspondente a Ac1, referido ao mês de Novembro
- 2 de 1997;
- 3 • Cil é o valor do índice do custo do cimento, publicado para o
- 4 mês em que se efectua a revisão;
- 5 • Ci é o valor correspondente a Cil, referido ao mês de Novembro
- 6 de 1997;
- 7 • Gl é o valor do índice do custo de gasóleo, publicado para o
- 8 mês em que se efectua a revisão;
- 9 • G é o valor correspondente a Gl, referido ao mês de Novembro de
- 10 1997;
- 11 • Mp1 é o valor do índice do custo de madeira de pinho, publicado
- 12 para o mês em que se efectua a revisão;
- 13 • Mp é o valor correspondente a Mp1, referido ao mês de Novembro
- 14 de 1997;
- 15 • Fb1 é o valor do índice do custo de manilhas de fibrocimento,
- 16 publicado para o mês em que se efectua a revisão;
- 17 • Fb é o valor correspondente a Fb1, referido ao mês de Novembro
- 18 de 1997;
- 19 • Gr1 é o valor do índice do custo de manilhas de grés, publicado
- 20 para o mês em que se efectua a revisão;
- 21 • Gr é o valor correspondente a Gr1, referido ao mês de Novembro
- 22 de 1997;
- 23 2. A fórmula de actualização poderá ser revista, com o
- 24 objectivo de a readaptar à estrutura de custos, apenas após três
- 25 anos de vigência do CONTRATO ou se em algum dos índices

1 constantes das fórmulas de revisão de preços se verificar, uma
2 variação superior a 20% sobre o valor tomado no início do
3 CONTRATO.

4 **Artigo 81º**

5 **(Processo de Actualização)**

6 1. A actualização do tarifário será efectuada nos primeiros
7 quinze dias do mês de Janeiro de cada ano, devendo os novos
8 valores ser apresentados à ENTIDADE CONCEDENTE até àquela data e
9 divulgados aos consumidores, por publicação nos jornais locais,
10 sendo utilizados na facturação correspondente aos consumos do mês
11 de Janeiro, a enviar aos consumidores durante o mês de Fevereiro.

12 2. Se, para o cálculo do factor de actualização não estiverem
13 disponíveis os índices necessários, utilizar-se-á a média dos
14 coeficientes calculados da seguinte forma:

15 (a) estimativa do valor do índice utilizando a mesma taxa de
16 evolução que se verificou nos últimos seis meses em que os
17 valores sejam conhecidos;

18 (b) por utilização do último valor conhecido e tomando-se,
19 relativamente ao mês de referência do início do prazo de revisão,
20 o valor do índice referente a tantos meses anteriores quanto o
21 número de meses entre o mês a que se refere a revisão e o mês em
22 que seja conhecido o índice.

23 **Artigo 82º**

24 **[não utilizado]**

25 **Artigo 83º**

	40
Livro	Folhas

HN
2
ABJ

1 [não utilizado]

2 SECÇÃO II

3 OUTROS PAGAMENTOS

4 Artigo 84°

5 (Contadores Instalados e Outro Imobilizado)

6 A CONCESSIONÁRIA adquirirá todos os contadores já instalados,
7 identificados no Anexo IV - A, bem como os EQUIPAMENTOS
8 operacionais e de apoio administrativo, pelo preço global de Esc.
9 120.000.000\$00 (cento e vinte milhões de escudos).

10 Artigo 85°

11 (Existências em Armazém)

12 A CONCESSIONÁRIA adquirirá, ainda, as existências em armazém,
13 identificadas no Anexo IV - B, pelo valor global de Esc.
14 36.000.000\$00 (trinta e seis milhões de escudos).

15 Artigo 86°

16 (Viaturas, Ferramentas e outros Equipamentos)

17 A CONCESSIONÁRIA, adquirirá as viaturas, máquinas e EQUIPAMENTOS,
18 definidos no Anexo IV - C, pelo valor de Esc. 49.345.000\$00
19 (quarenta e nove milhões trezentos e quarenta e cinco mil
20 escudos).

21 Artigo 87°

22 (Trabalhadores)

23 A CONCESSIONÁRIA pagará à ENTIDADE CONCEDENTE, a título de
24 compensação pela diminuição de massa salarial, nos termos do
25 Anexo XV, a quantia de PTE. 22.839.819\$00 (vinte e dois milhões

1 oitocentos e trinta e nove mil oitocentos e dezanove escudos).

2 **Artigo 88°**

3 **(Concretização do Pagamento)**

4 1. Os pagamentos referentes às aquisições enumeradas na
5 presente Secção serão efectuados pela CONCESSIONÁRIA da seguinte
6 forma:

7 (a) No acto da assinatura do CONTRATO, 50% do total dos valores
8 referidos nos artigos 84°, 85°, 86° e 87°;

9 (b) No inicio do PERÍODO DE FUNCIONAMENTO NORMAL os valores
10 reais apurados, deduzindo-se o já pago, em conformidade com o
11 disposto na alínea anterior.

12 2. Os valores mencionados no artigo 84° são fixos de acordo
13 com a estimativa dele constante.

14 3. Os valores mencionados nos artigos 85° e 86° foram
15 estimados e deverão vir a ser rectificadados para os respectivos
16 valores actuais em função dos dados que, em conjunto vierem a ser
17 apurados durante o período de transição.

18 **Artigo 89°**

19 **(Pagamento de Fornecimentos Anteriores)**

20 1. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a enviar à ENTIDADE
21 CONCEDENTE as cobranças que vier a efectuar relativas a
22 fornecimentos que se tenham concretizado em momento anterior à
23 assinatura do presente CONTRATO, até ao dia 20 do mês seguinte ao
24 da respectiva cobrança.

25 2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a efectuar todas as diligências

	41
Livro	Folhas

MS
D
Asej

necessárias à boa cobrança dos montantes referidos no número anterior, nomeadamente no que toca aos procedimentos administrativos em curso.

Artigo 90º

(Cauções Prestadas pelos Consumidores)

A ENTIDADE CONCEDENTE entregará, na data da celebração do presente CONTRATO, o montante global de PTE 35.000.000\$00, relativo às cauções prestadas pelos consumidores.

[NOTA: A Cláusula 66º da Alteração ao Contrato de Concessão assinada em 7 de Dezembro de 2004 dispõe o seguinte:

«Cláusula 66 º

(Regularização de Consumos Anteriores e Outros Pagamentos)

A CONCESSIONÁRIA não tem, nesta data, qualquer obrigação perante a ENTIDADE CONCEDENTE a título de recebimentos provenientes de facturação correspondente aos consumos realizados antes da data da assinatura do CONTRATO, bem como de outros pagamentos previstos nos Artigos 84º a 90º do CONTRATO.»

CAPÍTULO IV

CONTROLO E FISCALIZAÇÃO

SECÇÃO 1

RELATÓRIOS

Artigo 91º

(Relatórios)

1. Sem prejuízo do CONTROLO DO SERVIÇO, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a apresentar um relatório semestral, até ao dia 31 do

1 mês de Julho e ao dia 31 do mês de Janeiro de cada ano, sobre a
2 actividade desenvolvida no semestre anterior, devendo constar do
3 mesmo informações relativas às seguintes matérias:

4 (a) SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA:

- 5 i. Volume de água captada;
- 6 ii. Volume de água tratada;
- 7 iii. Volume de água vendida, por tipo de CONSUMIDOR e escalões
8 de consumo;
- 9 iv. Interrupções de funcionamento acidentais;
- 10 v. Resumo dos resultados do controlo analítico efectuado;
- 11 vi. Intervenção de entidades fiscalizadoras.

12 (b) SISTEMA DE SANEAMENTO:

- 13 i. Volume de EFLUENTES tratados por unidade de tratamento;
- 14 ii. Resumo dos resultados de controlo analítico efectuado;
- 15 iii. Intervenção de entidades fiscalizadoras;

16 2. A CONCESSIONÁRIA apresentará, até 31 de Janeiro de cada
17 ano, o relatório anual sobre o funcionamento do SISTEMA durante o
18 ano anterior e sobre o estado em que se encontram as
19 INFRAESTRUTURAS, devendo este, no mínimo, dar cumprimento às
20 seguintes exigências:

21 (a) Aspectos técnicos:

- 22 i. volumes de água distribuída e tratada tal como referidos no
23 relatório semestral;
- 24 ii. volume de EFLUENTES tratados por unidade de tratamento e
25 global e indicação da média dos parâmetros de análise de entrada

	42
Livro	Folhas

M
D
AB

- 1 e saída.
- 2 iii. rendimento dos SISTEMAS;
- 3 iv. execução do NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS e do
- 4 PROGRAMA ANUAL, bem como dos TRABALHOS DE RENOVAÇÃO, quando
- 5 existam;
- 6 v. evolução da qualidade da água captada e distribuída, bem
- 7 como dos EFLUENTES tratados;
- 8 vi. número de contadores instalados e número de contadores
- 9 aferidos;
- 10 vii. número de CONSUMIDORES e sua variação em relação ao período
- 11 antecedente.
- 12 (b) Aspectos financeiros:
- 13 i. despesas efectuadas e sua evolução relativamente ao período
- 14 antecedente;
- 15 ii. Receitas da EXPLORAÇÃO detalhadas em termos de proveniência
- 16 e sua evolução relativamente ao ano anterior;
- 17 iii. Balanço global analítico da actividade da EXPLORAÇÃO;
- 18 3. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, até 30 de Setembro de
- 19 cada ano, o PROGRAMA ANUAL respeitante às OBRAS que vai efectuar
- 20 no âmbito do CONTRATO.
- 21 4. No caso de, à data referida no número três do presente
- 22 artigo, não se encontrarem finalizados os documentos
- 23 contabilísticos da CONCESSIONÁRIA, os aspectos financeiros do
- 24 relatório anual, apresentados a coberto da alínea b) do número
- 25 2., serão complementados por uma adenda a apresentar à ENTIDADE

1 CONCEDENTE, imediatamente após a aprovação dos referidos
2 documentos.

3 5. Além das acções específicas de fiscalização previstas no
4 presente artigo, a intervenção da ENTIDADE CONCEDENTE será
5 executada no cumprimento das disposições legais.

6 SECÇÃO II

7 CONTAS

8 Artigo 92º

9 (Contas de Exploração)

10 A CONCESSIONÁRIA enviará anualmente à ENTIDADE CONCEDENTE a
11 documentação oficial contabilística respeitante à actividade
12 objecto do presente CONTRATO.

13 Artigo 93º

14 (Controlo por Parte da Entidade Concedente)

15 Sem prejuízo do CONTROLO DO SERVIÇO, a ENTIDADE CONCEDENTE terá o
16 direito de verificar a veracidade ou autenticidade de qualquer
17 dos dados ou informações constantes dos relatórios apresentados
18 pela CONCESSIONÁRIA, podendo, para tal, solicitar a apresentação
19 de qualquer elemento contabilístico ou técnico que considere
20 necessário.

21 CAPÍTULO V

22 DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

23 Artigo 94º

24 (Primeiro PROGRAMA ANUAL)

25 O PROGRAMA ANUAL que deverá vigorar no primeiro ano será

	43
Livro	Folhas

M
D.
Mij

1 elaborado pela CONCESSIONÁRIA durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO e
2 será sujeito à aprovação da ENTIDADE CONCEDENTE que poderá, nos
3 termos do estipulado no n.º 3 do artigo 34º e no n.º 1 do art.º
4 36º, definir as respectivas prioridades.

5 **Artigo 95º**

6 **(Comunicação entre as Partes)**

7 1. As comunicações, autorizações e aprovações previstas no
8 CONTRATO, salvo disposição específica em contrário, serão sempre
9 efectuadas por escrito e remetidas:

- 10 a) em mão, desde que comprovadas por protocolo;
11 b) por telefax, desde que comprovado por "Recibo de
12 transmissão ininterrupta";
13 c) por correio registado com aviso de recepção.

14 2. Consideram-se, para efeitos do CONTRATO, como domicílios
15 das PARTES, as seguintes moradas e postos de recepção de fax:

16 a) ENTIDADE CONCEDENTE

17 A/C Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da
18 Foz

19 Avenida Saraiva Carvalho

20 3080-055 Figueira da Foz

21 Tel.: 233 403 300

22 Fax: 233 403 310

23 b) CONCESSIONÁRIA

24 A/C Dr. Álvaro Castela

25 Eng. Fernando Rodrigues da Silva

1 Rua Dr. Mendes Pinheiro
2 3080-032 Figueira da Foz
3 Tel.: 233 401 450
4 Fax: 233 422 128

5 3. As PARTES poderão alterar os seus domicílios indicados,
6 mediante comunicação prévia dirigida à outra PARTE.

7 4. As comunicações previstas no CONTRATO consideram-se
8 efectuadas:

9 a) no próprio dia em que forem transmitidas em mão, ou por
10 telefax, se entregues ou recebidas entre as 9 (nove) e as 17
11 (dezassete) horas, ou no dia útil imediatamente seguinte, no caso
12 de serem efectuadas após as 17 (dezassete) horas;

13 b) no dia da assinatura do aviso de recepção, quando remetidas
14 pelo correio.

15 5. As Comunicações à ENTIDADE CONCEDENTE serão sempre
16 endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz
17 ou à entidade ou elemento com competência por ele delegada e
18 transmitida por escrito à CONCESSIONÁRIA.

19 **Artigo 96º**

20 **(Usucapião)**

21 A CONCESSIONÁRIA não poderá vir a adquirir qualquer
22 INFRAESTRUTURA ou EQUIPAMENTO objecto da Concessão por usucapião.

23 **Artigo 97º**

24 **(Versões do Contrato)**

25 O presente CONTRATO é feito em duplicado, ficando cada uma das

	44
Livro	Folhas

MS
D¹
ACI

1 PARTES com um exemplar.

2 **Artigo 98°**

3 **(Aplicação da Legislação em Vigor)**

4 O CONTRATO, bem como todas as actividades desenvolvidas pela
5 CONCESSIONÁRIA, no seu âmbito, serão regidos pela lei portuguesa
6 e executados de boa fé e no total cumprimento da legislação em
7 vigor.

8 **Artigo 99°**

9 **(Integração de Lacunas)**

10 A qualquer situação referente ao objecto do presente CONTRATO e
11 que nele não esteja prevista, serão aplicadas as disposições
12 legais em vigor ou as que vierem a ser aprovadas para o sector.

13 **Artigo 100°**

14 **(Documentos Anexos ao Presente Contrato)**

15 São anexos ao presente CONTRATO os seguintes documentos que dele
16 fazem parte integrante:

17 Anexo I-B - NOVO PLANO GLOBAL DE INVESTIMENTOS;

18 Anexo I-C - Lista actualizada do pessoal da ENTIDADE CONCEDENTE
19 afecto ao serviço da CONCESSIONÁRIA;

20 Anexo I-D - Nova tabela de custos unitários a utilizar nas obras
21 novas da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA;

22 Anexo I-E - CASO BASE;

23 Anexo I-F - CONTRATOS DE FINANCIAMENTO;

24 Anexo I-G - TARIFÁRIO;

25 Anexo I-H - Acordo Directo com a Concedente;

1 Anexo I-I - Bens que integram actualmente a Concessão;
2 Anexo I-J - Minuta de Caução;
3 Anexo I-K - Valores dos critérios chave;
4 Anexo I-L - Definição actualizada das origens de água no concelho
5 da Figueira da Foz;
6 [Anexo III - Infraestruturas;]
7 [Anexo IV - Equipamentos;]
8 A. Contadores já instalados e equipamentos operacionais e de
9 apoio administrativo;
10 B. Existências em armazém;
11 C. Viaturas, máquinas e equipamentos;]
12 Anexo V - Regulamento do Serviço;
13 Anexo VI - Contratos de fornecimento de bens e serviços
14 celebrados com terceiros;
15 [Anexo VII - Lista do pessoal da Entidade Concedente afecto ao
16 serviço da Concessionária;]
17 [Anexo VIII - Obras em curso;]
18 [Anexo X - Definição das origens de água em exploração no
19 concelho;]
20 [Anexo XI - Laboratório;]
21 [Anexo XII - Factor K1;]
22 [Anexo XIII - Tarifário a vigorar no início do contrato;]
23 [Anexo XIV - Tabela de custos unitários a utilizar nas obras
24 novas de responsabilidade da Concessionária;]
25 Anexo XV - Compensação pela diminuição da massa salarial.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25